

Vanessa Cunha

## Capítulo 8

# A fecundidade das famílias

## Introdução

O recuo da fecundidade europeia a partir de meados do século XX inscreve-se numa tendência longa de restrição intencional dos nascimentos que, segundo alguns autores do campo da demografia, teve origem na França moderna (Bardet e Dupâquier, 1986; Bandeira, 1996). Este fenómeno, que transformou uma fecundidade antiga e quase fatalista – balizada apenas por alguns reguladores naturais e sociais e por práticas contraceptivas arcaicas<sup>1</sup> – numa fecundidade moderna e contida, assente na prática do coito interrompido no âmbito da vida conjugal, ficou conhecido pela «primeira revolução contraceptiva» (Leridon, 1987; Segalen, 1999).

Mas foi só a partir dos anos 70, com a difusão da pílula anticoncepcional e do dispositivo intra-uterino, que os casais passaram a ter ao seu alcance o instrumento que faltava para dominarem a fecundidade. Estes novos métodos contraceptivos estão no centro da «segunda revolução contraceptiva» (Leridon, 1987; Segalen, 1999), pois ao libertarem o acto sexual do risco da concepção permitiram passar de uma fecundidade baseada no controlo da sexualidade para uma fecundidade efectivamente programada. A procriação já não é uma inevitabilidade da vida a dois, mas uma opção do casal.

---

<sup>1</sup> Falamos, por exemplo, da elevada mortalidade infantil e materna, do aleitamento prolongado, do casamento tardio, da abstinência sexual, do celibato feminino definitivo e do aborto.

No entanto, apesar do leque de possibilidades que se abrem hoje neste domínio, a maioria dos estudos a nível europeu tem referido uma grande homogeneidade das práticas e das representações: por um lado, não só são poucos os casais que optam por não terem filhos (Houseknecht, 1987; McAllister e Clarke, 1998), como se regista uma grande polarização em torno dos dois filhos, situando-se a baixa a partir do terceiro (Roussel, 1989; Segalen, 1999); por outro lado, desde há algum tempo que tem vindo a verificar-se o redimensionamento do modelo de descendência de dois-quatro filhos para uma representação norteada para os dois filhos (Girard e Roussel, 1976; Kellerhals *et al.*, 1982; Segalen, 1999).

Quanto ao caso português, após um atraso de uma década, passou a alinhar com os padrões europeus: o índice sintético de fecundidade situa-se na média da UE15 desde 1992 (Eurostat, 2001), oscilando desde então entre 1,4 e 1,5; os inquéritos aos valores dão conta de um ideal de família também orientado para a «norma dos dois filhos» (Almeida e Guerreiro, 1993; Almeida, 1993; Wall, 1998a; INE, 2001).

De facto, quando nos confrontamos com os principais traços da fecundidade portuguesa contemporânea, não podemos deixar de fazer duas observações. Uma prende-se com a celeridade das mudanças (à semelhança do que aconteceu em toda a Europa do Sul), que transformou a paisagem nacional no espaço de três décadas: do início dos anos 60 a meados dos anos 90 o índice sintético de fecundidade passou de 3,1 para 1,5 filhos. Outra, intimamente ligada à anterior, prende-se com a maior uniformidade das práticas procriativas das famílias, por contraposição à pluralidade existente num passado ainda recente, nomeadamente se tivermos em linha de conta os diferentes padrões de fecundidade que marcavam a paisagem regional (Almeida *et al.*, 1995; Almeida e Wall, 1995; Bandeira, 1996).

Ora, o recuo da fecundidade europeia das últimas décadas, possibilitado pelo recurso a métodos contraceptivos modernos, bem como a crescente uniformidade das representações e dos comportamentos procriativos dos casais, vieram levantar novas interrogações sobre o valor social da criança na sociedade contemporânea.

Nesta esteira surgiu a tese da *sentimentalização da infância* de Ariès, reflexão que abriu caminho para o entendimento do processo histórico de redefinição do valor social da criança, ao estabelecer a ponte entre as mudanças no domínio procriativo e o novo lugar dos filhos na família moderna (Ariès, 1988 [1960]). O autor interpreta o malthusianismo demográfico – precoce entre os franceses, mas que se estende aos restantes países europeus – como a manifestação de uma nova atitude face à criança no seio familiar. É, portanto, uma família mais sentimental, vigilante e pro-

cupada com o bem-estar e a educação dos filhos que passa a restringir propositadamente a sua descendência de modo a investir material e afectivamente em cada um deles. Esta imagem da família moderna, cimentada num número mais ou menos restrito de filhos que entram no quadro da vida familiar para satisfazerem expectativas afectivas, e não de natureza instrumental, chega então aos nossos dias.

Precisamente, o presente capítulo inscreve-se numa linha de questionamento da homogeneidade dos comportamentos procriativos das famílias e do valor social da criança. O que procura fazer é chamar a atenção para a existência de modos distintos de construir o lugar da criança na família, isto é, investigar a diversidade que está para lá dos grandes traços que estruturam a paisagem da fecundidade portuguesa. Com efeito, uma leitura mais demorada de alguns indicadores da fecundidade – calendário dos nascimentos, recurso à contracepção – permite dar conta da existência de diferentes lógicas de construção da vida familiar com filhos. E, quando o fazemos à luz dos contextos sociais, as clivagens surgem de forma clara e incisiva, já que se assiste à manutenção de traços tradicionais na fecundidade das famílias com baixos capitais escolares e profissionais (Almeida *et al.*, 1995-2002).

Para dar conta daquele objectivo propomos equacionar a fecundidade em duas etapas. Na primeira vamos passar em revista quatro dimensões da fecundidade que nem sempre têm andado a par nos estudos sobre o tema. São elas as *aspirações*, as *representações*, as *práticas* e as *tensões*. Na segunda vamos analisar o impacto de algumas variáveis que marcam clivagens significativas neste domínio.

Ora, as *aspirações* correspondem às metas pessoais, mais ou menos precisas, que se procuram atingir no campo da fecundidade: ter filhos ou não (*projecto inicial*); ter um, dois ou três (*ideal inicial*). Numa altura em que ter filhos já não é «um destino biológico a cumprir» (Almeida *et al.*, 1995, p. 10) há quem ponha em causa o projecto parental? Quando a opção pelas descendências de dois filhos é a «norma», que espaço resta para outros desejos? Há ainda quem ambicione constituir, à imagem do passado, uma família numerosa de quatro, cinco, seis filhos?

A dimensão das *representações* dá conta do modelo ideal de descendência a que as famílias aderem (*ideal abstracto*). Com efeito, cada sociedade e cada tempo histórico engendram as suas concepções de família associadas estreitamente ao valor social da criança (Shorter, 2001; Ariès, 1988). Em Portugal, onde as mudanças nos comportamentos procriativos, por comparação com o panorama europeu, tiveram um impacto tardio na curva da fecundidade, onde representações mais tradicionais do significa-

do da criança e do seu lugar na família têm ainda algum peso em determinadas franjas da população<sup>2</sup>, que modelos de descendência encontramos?

A dimensão das *práticas* diz respeito aos comportamentos procriativos das famílias e, logicamente, aos resultados alcançados a nível da fecundidade. Referimo-nos ao número de filhos (*descendência actual*), à existência ou não de planeamento da gravidez (*planeamento dos nascimentos*), à cadência inerente à constituição da descendência no ciclo de vida pessoal e familiar (*calendário da fecundidade*).

Por fim, a dimensão das *tensões* remete para os desfasamentos que se podem interpor entre o que se aspira e o que se realiza (*tensão entre ideais e descendências*). Numa época em que – como nunca antes – é possível «domesticar» a fecundidade há quem não planeie a vinda dos filhos? Quando as metas no que toca à dimensão da descendência são tendencialmente contidas, há quem não consiga, mesmo assim, concretizar os seus projectos?

É, efectivamente, a partir da articulação destas dimensões que procuramos abordar a diversidade matizada da fecundidade das famílias<sup>3</sup>. Mas o que é que está por detrás dos diferentes perfis, das diferentes lógicas de construção do lugar da criança na família? Antes de mais, o contexto social em que estas famílias se inscrevem. De facto, a *escolaridade* desempenha aqui um papel decisivo, pois tem constituído um «filão» explicativo incontornável nos estudos sobre os comportamentos procriativos e as representações no campo da fecundidade (Kellerhals *et al.*, 1982; Almeida, 1993; Almeida *et al.*, 1995; Wall, 1998a). Mas também a presença feminina na esfera profissional. Não estará a *participação das mulheres no mercado de trabalho* – com todas as consequências a nível da conciliação da vida profissional com a vida familiar, nomeadamente os cuidados aos filhos (Guerreiro, 1998) – estreitamente relacionada com a constituição de descendências limitadas?

Por outro lado, por contingências que se prendem com a definição da amostra, o inquérito FPC abraça precisamente o tempo social português onde se têm registado as alterações mais expressivas no domínio da fecundidade, da família e da condição feminina (Machado e Costa, 1998; Almeida *et al.*, 1998; Almeida e Wall, 2001). Torna-se, assim, pertinente analisar o impacto da *coorte de entrada na maternidade* – desde o início dos anos 70 a meados dos anos 90 – nas aspirações, nas representações e nas práticas procriativas das famílias, pois o retrato que hoje temos da fe-

<sup>2</sup> V. capítulo 9, «As funções dos filhos».

<sup>3</sup> Sobre a fecundidade das famílias, v. Cunha (2000). Uma análise mais aprofundada do tema está a ser desenvolvida pela autora na dissertação de doutoramento sobre o lugar dos filhos nas famílias portuguesas, cuja conclusão está prevista para 2005.

cundidade portuguesa resulta, em grande medida, desta entrada na maternidade faseada no tempo, ou seja, da coexistência das várias coortes.

Sem menosprezarmos o contributo de outras variáveis para a compreensão desta temática, é, portanto, à luz dos capitais escolares, da presença/ausência da mulher no mercado de trabalho e da coorte de entrada na maternidade que vamos procurar divisar diferentes perfis de fecundidade.

Finalmente, no quadro da contenção crescente da fecundidade que é o nosso, não podemos deixar de referir as motivações que subjazem às descendências limitadas e o modo como se encontram socialmente circunscritas. Sumariamente, de modo a completarmos o olhar sobre a fecundidade das famílias portuguesas, apresentaremos ainda as *razões* que as inquiridas apontam para justificarem a decisão de terem apenas um filho.

## O retrato da fecundidade das famílias portuguesas

### O projecto inicial e o ideal inicial

De forma mais ou menos precoce, antes ou depois do início da conjugalidade, vários cenários de fecundidade podem colocar-se aos indivíduos: um, que contempla necessariamente a vinda de crianças, embora a dimensão da descendência esteja ainda em aberto; outro, construído sobre um número bem definido de crianças (filho único, dois filhos, três filhos); outro, que exclui a presença de crianças; e outro ainda, em que a disponibilidade para acolher uma ou mais crianças está ainda por decidir. Trata-se, portanto, do *projecto inicial*, o cenário mais ou menos definido de fecundidade que, numa fase anterior à entrada na parentalidade, se pensava vir a realizar.

Ora, o primeiro resultado que se destaca do inquérito FPC é a forte adesão à ideia de ter filhos (quadro n.º 8.1): 95% das inquiridas tinham um projecto procriativo. Foram poucas as que questionaram ou rejeitaram essa ideia. Importa não esquecer que, devido aos critérios da amostra, estamos perante uma amostra de famílias com filhos e que a abertura da carreira reprodutiva já ocorreu há pelo menos seis anos. O olhar retrospectivo das inquiridas pode estar, de algum modo, «contaminado» pela realidade actual e as suas declarações neste domínio podem resultar de uma reconstrução dos projectos iniciais. Não obstante, os dados não deixam de ser expressivos.

## Projecto inicial

[QUADRO N.º 8.1]

	Número	Porcentagem
Queria ter filhos e sabia quantos.....	1 009	56,8
Queria ter filhos, mas não sabia quantos.....	685	38,6
Não sabia se queria ter filhos.....	53	3,0
Não queria ter filhos.....	25	1,4
NS/NR.....	4	0,2
<i>Total</i> .....	1 776	100,0

## Ideal inicial

[QUADRO N.º 8.2]

	Número	Porcentagem
Um filho.....	141	14,0
Dois filhos.....	680	67,4
Três filhos.....	124	12,3
Quatro e mais filhos.....	64	6,3
<i>Total</i> .....	1009	100

Média = 2,16 filhos.

Importa ainda frisar que a vontade de ter filhos nem sempre revela contornos nítidos. Numa etapa do ciclo de vida em que ainda não havia crianças, se a maioria das mulheres tinha uma ideia definida acerca da dimensão da descendência que queria para si (57%), grande parte também tinha um projecto parental vago (39%). Por outras palavras, se para umas os projectos iniciais se desenham muito cedo nos percursos pessoais (eventualmente mesmo antes do início da vida em casal)<sup>4</sup>, para as restantes, os projectos de parentalidade não têm precocemente contornos tão nítidos: as decisões vão sendo remetidas para etapas posteriores do ciclo de vida familiar.

As inquiridas que tinham um projecto inicial que contemplava um número preestabelecido de filhos (quase 6 em 10), também foram questionadas acerca desse número, isto é, do seu *ideal inicial* (quadro n.º 8.2). O ideal inicial é então o número de filhos que pensavam vir a ter nessa fase embrionária. Assim, a maioria das inquiridas (67%) desejava para si a «norma», ou seja, uma família com dois filhos. O número de mulheres que

<sup>4</sup> Num estudo recente sobre a saúde reprodutiva das mulheres portuguesas (Almeida *et al.*, 2004), os autores constataam, nas entrevistadas jovens, a precocidade da construção do projecto maternal e a forma como este está dissociado do projecto conjugal:

planeavam ter um e três filhos era semelhante. E ter quatro e mais filhos era o ideal inicial de uma minoria. A média situa-se, portanto, nos 2,16 filhos.

## O ideal abstracto

Ao remeter as inquiridas para o *ideal abstracto* procurou-se indagar acerca do modelo cultural de descendência, isto é, o número ideal de filhos numa família. Segundo Bassand e Kellerhals, o ideal abstracto não só traduz o valor social atribuído à criança, como também é o indicador menos impregnado pelos contextos sociais particulares em que as famílias se inserem. É «o resultado de uma espécie de negociação interior entre o custo da(s) criança(s) e a sua utilidade, entendida em sentido lato, ou seja, o conjunto de alegrias e realizações pessoais atribuídas à procriação» (1975, p. 102). Só 3% das inquiridas (48 casos) não souberam ou não quiseram responder a esta questão, pelo que fica claro que a maioria das mulheres tem uma concepção de descendência-modelo.

Por contraste com o ideal inicial – que traduz a dimensão da descendência que as inquiridas pensavam atingir –, é interessante perceber que o ideal abstracto é mais «ambicioso» (2,33 filhos em média), situando-se em torno dos dois filhos (63%), mas também dos três filhos (mais de um quarto). O ideal abstracto de quatro e mais filhos é, por seu lado, pouco frequente (5%), assim como é muito baixa a percentagem de mulheres que concebem como ideal a família de filho único (2% contra 14% das que tinham esse ideal inicial) e insignificante o número das que idealizam uma vida familiar sem filhos (3 contra as 25 que expressaram no projecto inicial que não queriam ter filhos).

## Ideal abstracto

[QUADRO N.º 8.3]

	Número	Porcentagem
0 filhos.....	3	0,2
1 filho.....	29	1,6
2 filhos.....	1 114	62,7
3 filhos.....	485	27,3
4 e mais filhos.....	91	5,1
Outras respostas*.....	6	0,3
NS/NR.....	48	2,7
<i>Total</i> .....	1 776	100

Média = 2,33 filhos.

\* Por exemplo, «muitos», «mais do que um», etc.

Destes resultados é possível concluir que o ideal inicial contém, de facto, um conjunto de considerações acerca do número de filhos que é possível ter, acerca das contingências exteriores e interiores que participam na vida familiar e que orientam ou condicionam a fecundidade, considerações essas que se diluem visivelmente no ideal abstracto, isto é, quando se remete para a descendência-modelo.

## O projecto actual e a descendência actual

Se olharmos para o *projecto actual* das inquiridas (quadro n.º 8.4) – a intenção no momento presente de encerrarem a carreira reprodutiva ou de aumentarem a descendência quando já têm pelo menos um filho entre os 6 e os 16 anos –, verificamos que a grande maioria (91%) não quer ter mais filhos. Mas há ainda quem tenha dúvidas a esse respeito (1%) e quem manifeste vontade de ter mais um ou dois filhos (8%)<sup>5</sup>.

### Projecto actual

[QUADRO N.º 8.4]

	Número	Porcentagem
Não quer ter mais filhos.....	1 614	90,9
Não sabe se quer ter mais filhos.....	24	1,4
Quer ter mais filhos.....	138	7,8
Total.....	1 776	100,0

Analisando a descendência actual das inquiridas (quadro n.º 8.5) – o número de filhos até à data da inquirição<sup>6</sup> –, e tendo presente que a grande maioria não pretende aumentar a sua descendência (9 em 10), verificamos que uma percentagem elevada de famílias tem apenas um filho. E, apesar de o terceiro filho ser mais frequente aqui do que no projecto inicial (em-

<sup>5</sup> As questões colocadas foram as seguintes: «Pretende vir a ter mais filhos?»; «E quantos mais filhos pretende ter?» (apenas para as inquiridas que responderam afirmativamente à primeira). A vontade de ter ainda dois filhos foi mencionada apenas por seis inquiridas.

<sup>6</sup> Filhos da conjugalidade actual, de relações anteriores e adoptivos.

bora menos frequente do que no ideal abstracto), grande parte das inquiridas fica então pelo primeiro ou segundo filho (2,09 filhos em média)<sup>7</sup>.

### Descendência actual

[QUADRO N.º 8.5]

	Número	Porcentagem
Um filho.....	415	23,4
Dois filhos.....	962	54,2
Três filhos.....	281	15,8
Quatro e mais filhos.....	118	6,6
Total.....	1 776	100,0

Média = 2,09 filhos.

Mas, como nem todas as inquiridas tencionam encerrar a carreira reprodutiva, é provável que a descendência actual sofra alterações. De facto, esta descendência não é ainda a final, aquela que se atinge no fim do ciclo reprodutivo<sup>8</sup>. Se tivermos em conta as intenções actuais das inquiridas – ter mais filhos ou não, ter mais um ou dois –, é possível fazer um exercício para antever a sua fecundidade final. A tendência é então para dimi-

<sup>7</sup> Chama-se a atenção para o facto de o inquérito FPC ser dirigido a uma amostra de mães entre os 25 e os 49 anos. A descendência actual média destas mulheres é, por isso mesmo, mais elevada do que o índice sintético da fecundidade portuguesa, que tem na base do cálculo todas as mulheres em idade fértil (15-49 anos), incluindo as que não têm filhos.

<sup>8</sup> Uma carreira reprodutiva dada como encerrada pode ainda reabrir (por exemplo, no caso de uma gravidez «acidental»), assim como uma carreira aberta pode não se traduzir em mais nascimentos. Estamos, com efeito, no universo das *aspirações*, que são indicativas de objectivos, mas não de práticas efectivas. Os desajustamentos entre as aspirações e as práticas são, exactamente, o objecto do estudo longitudinal de Westoff e Ryder (*in* Miller, 1987). 3000 mulheres com filhos foram inquiridas acerca das suas intenções de fecundidade em 1970 e das suas descendências em 1975; das mulheres que pretendiam ter pelo menos mais um filho em 1970, 24% tinham mudado de opinião cinco anos depois, enquanto, daquelas que não pretendiam ter mais filhos, apenas 4% passaram a querê-los; por outro lado, das mulheres que pretendiam ter pelo menos mais um filho em 1970, 34% ainda não o tinham em 1975 (70% dos casos por razões financeiras), enquanto, daquelas que não pretendiam ter mais filhos, apenas 12% os tiveram (em 26% dos casos houve um reajustamento do projecto; quanto aos restantes casos, resultaram de «acidentes»). Os autores concluíram que ao longo do ciclo de vida familiar as intenções num sentido ou noutro podem mudar, embora as dimensões efectivas da descendência se reajustem mais frequentemente por baixo do que por cima.

nuir as famílias de filho único (em cerca de 5%) e aumentar as de dois (3%) e mais filhos (2%), pelo que a descendência média sobe para 2,16 filhos<sup>9</sup>.

## As tensões entre os ideais e as descendências

Quantas mulheres reproduziram no ideal inicial o seu ideal abstracto? Quantas não conseguiram realizar estes ideais? E quantas já os superaram no momento actual? É, assim, possível observar a *tensão* entre os desejos a nível da fecundidade e as descendências concretas, ou seja, os sucessivos ajustamentos e desajustamentos entre o que se aspira neste domínio e os resultados dos comportamentos procriativos. Esta *tensão* – que se inspira no «índice de tensão» proposto por Bassand e Kellerhals (1975) – pode ser «por defeito» ou «por excesso», quando as inquiridas ficam aquém ou vão além da descendência idealizada<sup>10</sup>.

Para a maior parte das inquiridas (cerca de 6 em 10), a descendência que pensavam ter antes do nascimento do primeiro filho era igual ao seu ideal abstracto (quadro n.º 8.6). Por outras palavras, a família que ambicionavam para si era o «espelho» do que consideram ser a família-modelo. Há, pois, no momento da formulação dos primeiros projectos parentais uma procura de conformidade com o padrão cultural. Todavia, cerca de três em dez inquiridas tinham já interiorizado a indisponibilidade para terem a família-modelo, pelo que o seu objectivo inicial ficava aquém do ideal abstracto. E cerca de uma em dez tinha objectivos iniciais mais ambiciosos, pois o seu projecto de descendência superava o ideal abstracto.

Quando comparamos o que as inquiridas desejavam no início e a descendência actual, percebemos que grande parte ainda procura manter os objectivos originais (58%). Para as restantes há um desfasamento entre o desejo e a perspectiva da sua realização: 26% estão sujeitas a uma tensão «por defeito», isto é, ponderam ficar aquém do número de filhos que pensaram ter inicialmente, e 17% estão sujeitas a uma tensão «por excesso», na medida em que já ultrapassaram essa descendência.

<sup>9</sup> Este indicador, que é mais próximo da descendência final, foi designado de «descendência potencial» e sistematicamente analisado em Cunha (2000).

<sup>10</sup> A preocupação central dos autores consistia em dar conta das situações em que a descendência ficava aquém da idealizada, pelo que apenas isolaram os casos em que as mulheres tinham um ideal de 3 filhos e uma descendência inferior. Aqui o indicador é mais abrangente, pois procura dar conta de todos os desfasamentos.

## Tensões entre ideais e descendências\*

[QUADRO N.º 8.6]

	Entre ideal abstracto e ideal inicial		Entre ideal inicial e descendência actual		Entre ideal abstracto e descendência actual	
	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem
Ausência de tensão.....	585	59,2	581	57,6	712	41,3
Tensão por defeito.....	294	29,7	259	25,7	714	41,5
Tensão por excesso.....	110	11,1	169	16,7	296	17,2
Total.....	989	100,0	1 009	100,0	1 722	100,0

\* Não foram incluídos na análise da tensão entre o ideal abstracto e os outros indicados, os 6 casos de «outras respostas» e os 48 casos de NS/NR.

Mas, quando confrontamos a descendência actual com o ideal abstracto, observamos a diminuição da conformidade (passa a ser de 41%) e o aumento da tensão «por defeito»: há um número significativo de inquiridas que não conseguem ou pensam não conseguir reproduzir o modelo ideal de família (para 42%, o ideal abstracto é superior à descendência actual). A tensão «por excesso» é aqui de 17%.

Em suma, se grande parte das inquiridas procura levar adiante os seus ideais e projectos de fecundidade, para as restantes há uma real desadequação entre os desejos e as práticas. A tensão «por defeito» ocorre mais frequentemente, já que as inquiridas tendem a ficar aquém dos seus objectivos em matéria de filhos. No entanto, há também quem supere esses objectivos, o que leva a conjecturar se não haverá um conjunto de mulheres que têm dificuldade em controlar a sua fecundidade. Esta hipótese envia directamente para a questão do planeamento dos nascimentos.

## O planeamento dos nascimentos

Não tendo sido colocada nenhuma questão acerca da contracepção realizada pelo casal, perguntou-se apenas se cada filho foi ou não planeado, isto é, se a inquirida procurou engravidar ou engravidou acidentalmente

(«aconteceu»)<sup>11</sup>. O que registamos imediatamente é o desigual planeamento dos nascimentos em função da sua *ordem*, ou seja, nem todos os filhos são planeados de igual modo (quadro n.º 8.7). Os nascimentos mais planeados são então o primeiro (cerca de 7 inquiridas em 10 planearam essa gravidez) e logo depois o segundo (6 em 10). Tal como observaram Bassand e Kellerhals a respeito do caso suíço (1975), a maioria das inquiridas planeou, assim, os dois primeiros nascimentos<sup>12</sup>. Mas, logo a partir do terceiro filho, o cenário inverte-se, ou seja, são mais os casos em que as inquiridas engravidaram acidentalmente do que aqueles em que procuraram de facto engravidar. E a partir do sétimo filho já não há gravidezes planeadas.

Planeamento de cada nascimento segundo a ordem dos nascimentos  
(em percentagem)

[QUADRO N.º 8.7]

	Planeado	Não planeado	NS	Total
Primeiro.....	68,8	31,1	0,1	100
Segundo.....	61,1	38,7	0,2	100
Terceiro.....	30,5	68,1	1,4	100
Quarto.....	17,3	78,9	3,8	100
Quinto.....	18,6	76,7	4,7	100
Sexto.....	10,5	73,7	15,8	100
Sétimo.....	-	77,8	22,2	100
... Último*.....	52,4	46,9	0,7	100

\* Quando teve mais de um nascimento.

<sup>11</sup> O estudo de Anderson (1981) acerca da evolução entre 1961 e 1976 do planeamento da gravidez por parte dos casais previa três modalidades de resposta: «planeada» (*planned*), «não desejada» (*unwanted*) e «fora de tempo» (*mistimed*). No inquérito FPC optou-se por ter apenas duas modalidades de resposta – «planeada» e «não planeada» –, na medida em que esta questão procura aferir apenas a dimensão da prática (o desejo é medido através da dimensão das aspirações). Assim, uma gravidez não planeada não significa necessariamente que é indesejada. Pode constituir mesmo uma estratégia de deixar os filhos «aparecerem», intervindo só para encerrar a carreira reprodutiva quando se atinge o número desejado.

<sup>12</sup> No estudo realizado em Genebra sobre a fecundidade das famílias (1975), os autores também verificaram que as concepções mais planeadas são a primeira e a segunda. No entanto, enquanto o desejo da criança se manifesta na segunda concepção, mais frequentemente, pela paragem voluntária da contraceção, na primeira manifesta-se na ausência de contraceção, ou seja, grande parte das mulheres a viverem em casal só começa a fazer contraceção após o nascimento do primeiro filho. Esta dimensão não foi contemplada no inquérito FPC.

No entanto, não se pode mistificar a questão, na medida em que são poucas as mulheres que tiveram mais de três filhos (7% da amostra) e menos ainda as que tiveram sete ou mais (menos de 1%). De facto, se olharmos para o planeamento do *último* nascimento de todas as inquiridas com mais de um filho (77% da amostra), verificamos que tende a ser ligeiramente mais planeado do que «acidental».

Olhando globalmente para todos os nascimentos de cada inquirida (quadro n.º 8.8), chegamos então a dois tipos de planeamento com pesos não muito diferentes: o primeiro, em que os nascimentos foram *planeados* (48%); o segundo, em que *pelo menos um não foi planeado* (52%).

Tipo de planeamento de todos os nascimentos segundo a dimensão da descendência  
(em percentagem)

[QUADRO N.º 8.8]

	Planeados	Pelo menos um não planeado	Total
Um filho.....	75,1	24,9	100
Dois filhos.....	50,4	49,6	100
Três filhos.....	19,8	80,2	100
Quatro e mais filhos.....	6,3	93,7	100
Todas.....	47,8	52,2	100

$\chi^2 = 308,70$ ;  $DF = 03$ ;  $p = 0,000$  ( $cf = 0,39$ ).

Ora, estes dados não deixam de revelar que a dimensão «acidental» é bastante significativa na paisagem da fecundidade portuguesa, já que um pouco mais de metade das inquiridas teve pelo menos um nascimento resultante de uma gravidez não planeada. No entanto, este «acidente» está fortemente associado às descendências numerosas (como o quadro n.º 8.7 também permitiu apurar): quanto maior é a dimensão da descendência, maior é a probabilidade de ter havido pelo menos um nascimento não planeado. No caso das descendências de três e mais filhos, poucas foram as inquiridas que planearam todos os nascimentos. E mesmo no caso das descendências de dois filhos apenas metade o fez.

## O calendário da fecundidade

O calendário da fecundidade contempla uma série de indicadores que, no seu conjunto, permitem apreender as temporalidades inerentes à constituição das descendências tanto no ciclo de vida pessoal como familiar. São eles a *idade da mulher no nascimento dos filhos* (primeiro e último), o *intervalo entre o início da conjugalidade e o primeiro nascimento* e os *intervalos entre os nascimentos* (primeiro e segundo; primeiro e último).

### A idade no nascimento dos filhos

De acordo com dados do Eurostat (2001), a idade média das portuguesas no nascimento dos filhos era de 28,6 anos em 1999, uma das mais baixas da UE15. De facto, a fecundidade feminina portuguesa nos anos 90 caracterizava-se por um padrão, comum à Grécia e ao Reino Unido, assente na precocidade da maternidade e nos altos níveis de fecundidade entre os 20 e os 24 anos (Almeida *et al.*, 1995, p. 22)<sup>13</sup>.

No inquérito FPC, a idade média das inquiridas no nascimento dos filhos é de 26,8 anos<sup>14</sup>, resultado que traduz a precocidade tanto da entrada na parentalidade – 23,9 anos no primeiro nascimento – como no encerramento da carreira reprodutiva – 29,3 anos no último. Assim, a maioria dos primeiros nascimentos ocorreu entre os 20 e os 29 anos, com o pico efectivamente na faixa dos 20-24 anos (cerca de metade da amostra). No entanto, 12% das inquiridas tiveram o primeiro filho mais precocemente, até aos 19 anos, e 9% tiveram-no a partir dos 30 anos.

<sup>13</sup> Esta situação não pode ser dissociada da entrada também precoce na vida conjugal. Segundo Mário Bandeira (1996), o caso português resulta de um processo lento e irregular (com avanços e recuos) de rejuvenescimento da idade média dos cônjuges na primonupcialidade, que progrediu de forma linear a partir da década de 1940 e se intensificou a partir dos anos 60, devido a vários factores que permitiram o abrandamento das restrições ao casamento e, consequentemente, a abertura do mercado matrimonial. Apesar da inversão desta tendência em meados dos anos 80, o desfasamento em cerca de uma década em relação à Europa dos 15 leva a que a idade média na primeira nupcialidade seja ainda baixa em Portugal. Os dados do inquérito FPC espelham isso mesmo, já que a idade média no início da primeira conjugalidade é de 21,8 anos (22,1 anos no casamento).

<sup>14</sup> Para as inquiridas que já não querem ter mais filhos (91% da amostra).

### Idade no nascimento dos filhos

[QUADRO N.º 8.9]

	Primeiro		Último		Último (descend. de 2 filhos)		Último (descend. de 2 e + filhos)	
	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem
Até 19 anos.....	204	11,5	26	1,5	6	0,6	6	0,4
20-24 anos.....	876	49,3	266	15,0	105	10,9	120	8,8
25-29 anos.....	530	29,8	627	35,3	382	39,7	468	34,4
30-34 anos.....	143	8,1	584	32,9	353	36,7	513	37,8
35 e mais anos.....	23	1,3	273	15,4	116	12,0	254	18,7
Total.....	1 776	100	1 776	100	962	100	1 361	100
	Média = 23,9 anos		Média = 29,3 anos		Média = 29,4 anos		Média = 30,3 anos	

Por outro lado, foi basicamente entre os 25 e os 34 anos que nasceu o último filho (cerca de 7 em 10), embora para 15% das inquiridas tenha ocorrido mais tarde e para 17% muito cedo, até aos 24 anos. Mas nesta distribuição pesam as situações de filho único, que concorrem para antecipar o encerramento da carreira reprodutiva. Se apenas tivermos em linha de conta as descendências de dois filhos, continua a ser na faixa dos 25-34 anos que ocorre o último nascimento e a idade média quase não varia, mas descem com significado os nascimentos até aos 24 anos. E, quando retemos todas as descendências, excepto as de filho único, a tendência para adiar esse nascimento é ainda mais expressiva: a moda passa a ser 30-34 anos e a média sobe para 30,3 anos.

### O intervalo entre o início da conjugalidade e o primeiro nascimento

O intervalo entre o início da conjugalidade e o primeiro nascimento dá conta da centralidade da procriação na construção do projecto familiar. Como vimos no quadro n.º 8.7, o primeiro nascimento é amplamente planeado, pelo que aquele indicador permite perceber se os casais procuram ou não viver algum tempo sem filhos.

O *Inquérito à Fecundidade e Família* do INE (2001), realizado em 1997, registou a tendência para os jovens passarem rapidamente da família de origem para a de procriação, constituída pelo casal e pelo menos um

filho. A mesma tendência se verifica no inquérito FPC (quadro n.º 8.10): antes de completar dois anos de vida conjugal, grande parte dos casais já tinha um filho (38%). E antes de completarem três eram cerca de seis em dez casais. Todavia, houve também um conjunto significativo de casais que viveram mais tempo sem filhos, já que, para um terço, o primeiro nascimento só ocorreu três ou mais anos depois do início da conjugalidade. E houve ainda alguns casos em que o primeiro filho da actual conjugalidade nasceu antes mesmo da instalação do casal (3%), embora consideremos que este valor esteja sobrestimado<sup>15</sup>.

#### Intervalo entre o início da conjugalidade e o primeiro nascimento

[QUADRO N.º 8.10]

	Número	Porcentagem
0-1 ano.....	661	37,6
2 anos.....	459	26,1
3 anos.....	261	14,9
4 e mais anos.....	331	18,8
Anterior à conjugalidade.....	45	2,6
Total.....	1 757	100,0

Média = 2,4 anos.

O intervalo médio entre o início da conjugalidade e o nascimento do primeiro filho é então de 2,4 anos<sup>16</sup>. Este resultado vem de encontro ao que diversos autores concluíram acerca do papel da criança para a «construção» da vida familiar: ela é acolhida cedo, pois é a sua vinda que transforma o casal numa família (Roussel, 1975; Barthélémy *et al.*, 1986).

<sup>15</sup> Há, de facto, casos em que é possível identificar claramente a «inversão» dos acontecimentos – por exemplo, inquiridas que têm os filhos ainda na casa dos pais e só depois é que começam a residir com os cônjuges. Mas noutros casos parece tratar-se de uma má interpretação por parte das inquiridas da questão «a senhora e o seu marido começaram a viver juntos sem casarem?». Pensamos que algumas inquiridas que iniciaram a sua vida conjugal numa união de facto e que posteriormente formalizaram esse laço não se reviram nessa questão e responderam que não. Consequentemente, o primeiro filho terá nascido no âmbito da conjugalidade, embora antes do casamento, e não fora dela. Esta situação pode ser confirmada através da composição dos grupos domésticos das inquiridas: no início da conjugalidade o casal está sozinho e no nascimento do primeiro filho já está o casal e o bebé.

<sup>16</sup> Não são contabilizadas as situações de «intervalo negativo» (nascimentos anteriores ao início da conjugalidade) exactamente por termos reservas em relação ao seu conteúdo.

#### Os intervalos entre os nascimentos

É longa ou curta a distância que separa os nascimentos dos filhos? As mulheres consagram muito tempo da vida familiar à procriação ou, pelo contrário, procuram concentrar os nascimentos?

O intervalo mais frequente entre os nascimentos dos filhos mais velho e mais novo (quadro n.º 8.11)<sup>17</sup> é de 5-9 anos (quase metade da amostra), seguido do intervalo de 0-4 anos. Mas há também cerca de um quarto de inquiridas cujos filhos estão separados por um intervalo superior a nove anos. O intervalo médio é, então, de 7,1<sup>18</sup>.

#### Intervalo entre o primeiro e o último nascimento

[QUADRO N.º 8.11]

	Número	Porcentagem
0-4 anos.....	377	27,7
5-9 anos.....	656	48,2
10-14 anos.....	257	18,9
15 e mais anos.....	71	5,2
Total.....	1361	100,0

Média = 7,1 anos.

O intervalo etário mais frequente entre o primeiro e o segundo filho (quadro n.º 8.12) é também de 5-9 anos, seguido de 2-4 anos. A maioria das inquiridas (cerca de 8 em 10) teve, assim, o segundo filho dois a nove anos depois do primeiro. São poucas as que tiveram os dois nascimentos muito próximos (9%)<sup>19</sup>, bem como as que os espaçaram para além dos nove anos (9%). Em média, estes nascimentos estão separados por cinco anos de intervalo. No que diz respeito às inquiridas que tiveram três ou mais filhos (23%), os intervalos etários entre o segundo e o terceiro filho têm uma distribuição semelhante: o terceiro nascimento ocorre predominantemente dois a nove anos depois do segundo e o intervalo médio é de 5,2 anos. No entanto, tornam-se ligeiramente mais frequentes quer o intervalo mais curto (até um ano), quer o intervalo mais longo (dez e mais anos).

<sup>17</sup> São excluídas desta análise as famílias de filho único (23% da amostra).

<sup>18</sup> De 7,2 anos, no caso das inquiridas que dão por encerrada a carreira reprodutiva.

<sup>19</sup> Há 14 casos de intervalo = 0. Estes correspondem, na maioria, a situações de nascimentos gemelares.

Intervalos entre o primeiro e o segundo nascimento  
e entre o segundo e o terceiro

[QUADRO N.º 8.12]

	Primeiro e segundo		Segundo e terceiro	
	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem
0-1 ano.....	120	8,8	45	11,3
2-4 anos.....	527	38,7	144	36,1
5-9 anos.....	589	43,3	161	40,4
10 e mais anos.....	125	9,2	49	12,3
Total.....	1 361	100,0	399	100,0

Média = 5,0 anos      Média = 5,2 anos

Ora, estes resultados são próximos dos analisados por Almeida *et al.* para a fecundidade portuguesa em 1991: «A predominância dos intervalos longos sobre os curtos é um resultado que demonstra, com uma notável evidência, a intervenção do controlo eficaz da fecundidade naquelas mulheres que já iniciaram a sua carreira procriativa: depois do primeiro, a vinda de outro bebé é, sem dúvida, na esmagadora maioria dos casos, fruto de uma decisão planeada» (1995, p. 33). Mas o que podemos observar na nossa amostra é que, se isso é verdade para o segundo filho – seis em dez inquiridas planearam este nascimento –, já não é para o terceiro filho e muito menos para os seguintes (quadro n.º 8.7). No entanto, esse dado não parece ter um impacto decisivo nos intervalos entre os nascimentos: se os intervalos muito curtos (até um ano) e muito longos (dez e mais anos) são ligeiramente mais frequentes entre o segundo e o terceiro filho – o que parece apontar, com efeito, para um «acidente» na carreira reprodutiva –, a média e o intervalo modal não deixam de ser semelhantes.

## O impacto do contexto e do tempo social nos perfis de fecundidade

### A escolaridade feminina

Diversos são os estudos que têm feito luz sobre o papel-chave das variáveis sociais nas aspirações, nas representações e nas práticas procriati-

vas das famílias. Ao equacionarem o impacto da classe social, do estatuto profissional, do rendimento ou da escolaridade, aqueles trabalhos têm contribuído para a clarificação das clivagens e das especificidades que subsistem por detrás dos grandes traços estruturadores da fecundidade contemporânea (Bassand e Kellerhals, 1975; Kellerhals *et al.*, 1982).

Também em Portugal é muito significativa a relação entre as estratégias de fecundidade e o contexto social. Quando atendemos à descendência média, que é presentemente um dos indicadores mais uniformes no panorama nacional, observamos que são as mulheres ligadas à condição social agrícola que continuam a ter as descendências mais elevadas, por contraposição às que têm profissões dirigentes, científicas ou técnicas<sup>20</sup>. A nível do calendário da fecundidade, quanto mais elevada é a instrução e qualificada a actividade profissional, mais tardia e concentrada é a fecundidade feminina (Almeida *et al.*, 1995; INE, 2001). Estes perfis resultam, para Almeida *et al.*, do cruzamento de duas realidades que têm impacto a nível das decisões no domínio da fecundidade: por um lado, a estabilidade, o investimento e as solicitações desiguais no domínio profissional; por outro lado, as imagens que em determinados contextos sociais se ligam à ideia de família (1995, p. 65).

Outro contributo decisivo que estes estudos trouxeram para o entendimento da fecundidade contemporânea foi a revelação de que é o perfil escolar das mulheres, e não tanto o dos homens, que influi nas práticas procriativas das famílias (Kellerhals, *et al.*, 1982; INE, 2001)<sup>21</sup>. Como concluíram Kellerhals *et al.*, «o nível de escolaridade do homem não tem relação com a fecundidade do casal senão em função do nível de escolaridade da mulher; este é o factor determinante» (1982, p. 216). A diversidade de aspirações no domínio da fecundidade, o recurso desigual à contracepção, os diferentes calendários dos nascimentos, estão, assim, intimamente ligados à condição social feminina e, consequentemente, ao «espaço» que as mulheres atribuem à maternidade no conjunto das vertentes da sua vida pessoal e familiar.

Ora, as abordagens que têm explorado a relação entre os capitais escolares e a fecundidade feminina têm permitido desmistificar a ideia que associa a aspiração a uma descendência restrita – e, ao limite, a recusa do papel maternal – aos percursos escolares mais longos. De facto, esses estudos têm verificado que são, precisamente, as mulheres mais escolarizadas que idealizam, com mais frequência, descendências numerosas, de três e mais filhos (Bassand e Kellerhals, 1975; Kellerhals *et al.*, 1982).

<sup>20</sup> Dados não disponíveis do INE, referentes ao censo 91, integrantes da base de dados do projecto «Famílias no Portugal Contemporâneo».

<sup>21</sup> Trata-se de estudos que compararam as perspectivas e as experiências femininas e masculinas da fecundidade.

## Os projectos, os ideais e as descendências

No inquérito FPC, um resultado que permite fazer a primeira aproximação a esta realidade prende-se com os *projectos iniciais* das inquiridas. Se na amostra é residual a percentagem de mulheres que, antes da entrada na maternidade, consideraram a hipótese de não terem filhos, no caso das mais escolarizadas essa hipótese nem se colocou: nenhuma planeava um cenário familiar sem crianças (quadro n.º 8.13).

Projecto inicial segundo a escolaridade  
(em percentagem)

[QUADRO N.º 8.13]

	Queria ter filhos e sabia quantos	Queria ter filhos, mas não sabia quantos	Não sabia se queria ter filhos	Não queria ter filhos	Total
Sem escolaridade.....	37,7	54,5	6,5	1,3	100
Ensino primário.....	54,3	41,9	2,3	1,6	100
Ensino preparatório/básico.....	60,2	35,9	2,5	1,3	100
Ensino secundário.....	69,3	26,1	2,0	2,5	100
Curso médio/licenciatura incompleta.....	55,0	39,0	6,0	—	100
Licenciatura ou grau superior.....	47,3	45,2	7,5	—	100
Todas as famílias.....	56,9	38,7	3,0	1,4	100

$$\chi^2 = 50,65; DF = 15; p = 0,000 (cf = 0,17).$$

O que amplamente predomina é então a certeza de querer ter filhos – e, mais especificamente, de querer um número definido de filhos: praticamente sete mulheres em dez com o secundário e seis com o preparatório/básico equacionaram de antemão o número de filhos que gostariam de ver atingido. Não obstante, as restantes inquiridas adiaram mais vezes essa decisão: 55% das inquiridas sem escolaridade, 42% com o ensino primário e 45% com o ensino superior «queriam ter filhos, mas não sabiam quantos». Se somarmos a este resultado a percentagem das que «não sabiam se queriam ter filhos», percebemos, de forma clara, que é mais lento o processo de construção dos projectos parentais para as inquiridas mais e menos escolarizadas.

No caso das inquiridas que já tinham um projecto de descendência definido, a relação entre a escolaridade e a dimensão do projecto – ou *ideal inicial* – é muito interessante e vai de encontro aos resultados das investigações atrás referidas: quanto mais escolarizada é a mulher, mais ambicioso é o seu ideal inicial (quadro n.º 8.14). Por conseguinte, o número de filhos que desejavam ter antes da entrada na maternidade era, em média, de 2,03 para as inquiridas sem escolaridade, 2,08 para as que têm o ensino primário, 2,13 para as inquiridas com o preparatório/básico, 2,28 para as do secundário; 2,53 para as que têm o curso médio/licenciatura incompleta e 2,48 para as que têm uma licenciatura ou um grau superior.

Ora, como se verifica, os percursos escolares longos, pelo menos a nível das aspirações, não andam associados a descendências contidas. Bem pelo contrário, são as mulheres que frequentaram o ensino superior que menos vezes planeiam ficar pelo primeiro filho e que mais frequentemente idealizam cenários de três e mais filhos. Mas a maioria das inquiridas tem, efectivamente, um ideal inicial de dois filhos. A tendência para a «moda» é, no entanto, ligeiramente superior nas mulheres com níveis de instrução mais baixos, nomeadamente até ao básico. Por outro lado, o ideal do filho único é constante até ao ensino secundário – pesa à volta de 14%-15% no conjunto dos ideais iniciais –, só descendo então de forma significativa no ensino superior.

Quando analisamos o *ideal abstracto* das inquiridas à luz da sua escolaridade (quadro n.º 8.14), o panorama torna-se mais complexo<sup>22</sup>. Ao contrário do que acontece com o ideal inicial – que aumenta com o capital escolar –, o abstracto vai-se tornando mais restrito, até atingir o mínimo no secundário, voltando a subir no superior para valores elevados: 2,45 e 2,34 filhos, em média, para as mulheres sem escolaridade e com a primária; 2,30 para as que têm o ensino preparatório/básico; 2,22 para as que têm o secundário; 2,41 e 2,40 para as mulheres com licenciatura incompleta e completa.

Com efeito, constata-se que são, novamente, as inquiridas com mais capitais escolares que idealizam cenários de fecundidade que envolvem várias crianças: 41%-46% tem um ideal abstracto de três e mais filhos. Mas o mesmo sucede com as mulheres pouco ou nada escolarizadas, isto é, também elas têm como modelo uma descendência numerosa: 37%-38%. E nenhuma mulher sem escolaridade concebe uma família sem filhos ou com um filho apenas. Por outro lado, as inquiridas com o secundário são as que têm o modelo de família mais homogéneo e cimentado na «norma

<sup>22</sup> Diferenciando-se, inclusivamente, do caso suíço, em que os dois indicadores evoluem linearmente (Bassand e Kellerhals, 1975).

Ideais e descendência segundo a escolaridade  
(em percentagem)

[QUADRO N.º 8.14]

	Ideal inicial					Ideal abstracto					Descendência actual							
	1	2	3	4 e +	Total	Mé- dia	0-1	2	3	4 e +	Total	Mé- dia	1	2	3	4 e +	Total	Mé- dia
Sem escolaridade.....	13,8	69,0	17,2	-	100	2,03	-	62,2	28,4	9,5	100	2,45	12,8	32,1	24,4	30,8	100	3,01
Ensino primário.....	15,1	70,6	9,6	4,7	100	2,08	1,9	61,3	31,5	5,3	100	2,34	17,0	54,8	20,3	7,9	100	2,24
Ensino preparatório/básico.....	14,2	68,0	12,3	5,6	100	2,13	1,9	69,2	23,1	5,9	100	2,30	29,7	53,9	12,1	4,4	100	1,93
Ensino secundário.....	14,5	62,3	13,0	10,1	100	2,28	2,1	74,1	21,2	2,6	100	2,22	30,7	57,3	10,1	2,0	100	1,83
Curso médio/1. Incompleta.....	9,1	56,4	23,6	10,9	100	2,53	2,1	52,1	42,7	3,1	100	2,41	27,0	54,0	14,0	5,0	100	1,97
Licenciatura/grau superior.....	6,8	63,6	15,9	13,6	100	2,48	2,4	56,6	34,9	6,0	100	2,40	20,4	63,4	12,9	3,2	100	1,99
Todas as famílias.....	14,0	67,4	12,3	6,3	100	2,16	1,9	64,7	28,2	5,3	100	2,33	23,4	54,2	15,8	6,6	100	2,09

$\chi^2 = 26,71$ ;  $DF = 15$ ;  $p = 0,031$  (cf = 0,16)  
 $\chi^2 = 36,91$ ;  $DF = 15$ ;  $p = 0,001$  (cf = 0,14)  
 $\chi^2 = 146,27$ ;  $DF = 15$ ;  $p = 0,000$  (cf = 0,28)

dos dois filhos», pelo que são elas que menos frequentemente expressam ideais mais elevados (24%). Finalmente, as inquiridas com o preparatório e o básico posicionam-se entre os dois perfis: 69% têm um ideal abstracto de dois filhos e 29% de três e mais filhos.

O cruzamento com a *descendência actual* (quadro n.º 8.14) é estatisticamente muito significativo e comporta-se, de certa forma, à semelhança do que se passa com o ideal abstracto: a descendência média diminui à medida que aumenta o nível de instrução, atingindo o valor mais baixo no secundário, e volta a subir ligeiramente no ensino superior (embora ficando bastante aquém da média mais elevada, que é atingida pelas mulheres menos escolarizadas). A média é de 3,01 para as mulheres sem escolaridade, 2,24 para as que têm o ensino primário, 1,93 para as que têm o preparatório/básico, 1,83 para as do secundário, 1,97 para as do curso médio e 1,99 para as licenciadas.

Ora, é clara a tendência para o número de filhos ficar abaixo do ideal inicial (mesmo tendo presente que há quem procure aumentar ainda a sua descendência) e, mais ainda, do abstracto. A excepção coloca-se para as mulheres menos escolarizadas, que superam amplamente o seu ideal inicial e se aproximam do ideal abstracto (ou o ultrapassam mesmo, no caso das que não têm escolaridade). São elas que têm com mais frequência descendências numerosas (três e mais filhos) e com menos frequência descendências de filho único, nomeadamente as mulheres sem escolaridade: 55% têm três e mais filhos; o quarto filho está muito presente (31%), as descendências de um ou dois filhos estão claramente abaixo da média (45%). Em contrapartida, para as restantes inquiridas, não é frequente ter mais de dois filhos (menos de 20%). As que têm níveis de escolaridade intermédios (preparatório/básico e secundário), mas também as que têm o ensino médio, estão um pouco sobrerrepresentadas no filho único. E as mulheres licenciadas são as que estão mais centradas nas descendências de dois filhos (63%).

#### As tensões entre os ideais e as descendências

Analisar as tensões à luz da escolaridade permite perceber se as inquiridas estão em igualdade de circunstâncias no que se refere à materialização dos desejos no domínio da fecundidade.

Quando comparamos o *ideal inicial* com a *descendência actual* das inquiridas, verificamos que, para mais de metade, não há qualquer desfazamento, o que significa que têm o número de filhos que projectavam ter antes da entrada na maternidade. É o olhar sobre as tensões que faz ressaír



têm mais filhos (quadros n.ºs 8 e 14)? De facto assim é, pois aquela tendência desaparece quando analisamos o tipo de planeamento na descendência de dois filhos (quadro n.º 8.16).

Tipo de planeamento dos nascimentos segundo a escolaridade  
(em percentagem)

[QUADRO N.º 8.16]

	Todos			Último			Todos (descendências de dois filhos)		
	Planeados	Pelo menos um não planeado	Total	Planeados	Pelo menos um não planeado	Total	Planeados	Pelo menos um não planeado	Total
Sem escolaridade.....	32,5	67,5	100	37,3	62,7	100	52,0	48,0	100
Ensino primário.....	41,6	58,4	100	48,3	51,7	100	48,9	51,1	100
Ens. preparatório/básico.....	51,4	48,6	100	54,5	45,5	100	48,7	51,3	100
Ensino secundário.....	55,8	44,2	100	60,1	39,9	100	50,0	50,0	100
Curso médio/lic. incompleta.	53,1	46,9	100	54,2	45,8	100	58,8	41,2	100
Licenciatura/grau superior....	61,3	38,7	100	77,0	23,0	100	62,1	37,9	100
Todas as famílias.....	47,8	52,2	100	52,8	47,2	100	50,4	49,6	100
	$\chi^2 = 34,02; DF = 5;$ $p = 0,000 (cf = 0,14)$			$\chi^2 = 32,20; DF = 5;$ $p = 0,000 (cf = 0,15)$			$\chi^2 = 5,31; DF = 5;$ $p = 0,379 (cf = 0,08)$		

Em linhas gerais, podemos concluir que as descendências das inquiridas pouco escolarizadas são frequentemente pautadas por nascimentos não planeados, o mesmo não sucedendo com as das mais escolarizadas. Porém, a constituição da descendência parece realizar-se em duas etapas: uma etapa mais «activa», em que as inquiridas, independentemente da escolaridade, procuram ter um ou dois filhos de forma planeada; uma etapa mais «passiva», em que os «acidentes» na carreira reprodutiva das mulheres pouco ou nada escolarizadas levam ao aumento da sua descendência. O que fica por esclarecer – na medida em que o inquérito não contempla questões sobre o tipo de contracepção posto em prática pelos casais nem sobre eventuais interrupções voluntárias da gravidez – é se estes dois perfis não resultarão, afinal, da intersecção de duas tendências: o recurso a uma contracepção mais ou menos segura; a maior ou menor disponibilidade para aceitar uma gravidez imprevista<sup>25</sup>.

<sup>25</sup> No IFF do INE (2001) é colocada uma questão sobre a atitude face a uma eventual gravidez não desejada, que aponta para uma grande adesão à ideia de ter o bebé (74%), por

## O calendário da fecundidade

Amplamente confirmado por estudos nacionais e internacionais é o facto de a escolaridade feminina ter um grande impacto a nível dos calendários da fecundidade (Kellerhals *et al.*, 1982; Almeida *et al.*, 1995; INE, 2001), o mesmo se observando nos resultados deste inquérito.

No que respeita à *idade da mulher no nascimento do primeiro filho*, é clara a relação com o percurso escolar, já que a idade média neste acontecimento é de 22,8 anos para as inquiridas sem escolaridade, 23,1 anos para as que têm a primária, 23,5 anos para as que têm o preparatório/básico, 25,3 anos para as que têm o secundário, 26,2 anos para as que têm um curso médio/licenciatura incompleta e 27,5 anos para as que têm a licenciatura ou grau superior. É possível referir, como no estudo realizado pelo INE, que «as mulheres tendem a adiar o nascimento do primeiro filho em função directa do nível educacional» (1998, p. 26).

Há, nitidamente, diferentes temporalidades na abertura da carreira reprodutiva em função do percurso escolar das inquiridas: as menos escolarizadas acolhem cedo a criança, enquanto as mais escolarizadas tendem a adiar a sua vinda, de forma a terem acesso a (ou no resultado de) um trajecto escolar mais longo. Inclusivamente, não se pode isolar o nascimento do primeiro filho do início da vida conjugal, já que estas duas transições familiares estão associadas e seguem a mesma tendência<sup>26</sup>.

Foi então entre os 20 e os 29 anos que grande parte das mulheres teve o primeiro filho (quadro n.º 8.17). Mas, enquanto as inquiridas até ao ensino preparatório e básico concentraram esse nascimento na faixa etária dos 20-24 anos, as inquiridas a partir do secundário concentraram-no na faixa dos 25-29 anos. E foi nos extremos que as práticas mais se diferenciaram: 17% das inquiridas sem escolaridade anteciparam este nascimento para antes dos 20 anos (aos 24 anos, idade limite do pico modal da amostra, 77% já tinham pelo menos um filho); 28% das licenciadas adiaram-no para depois dos 30 anos (apenas 23% tiveram filhos antes dos 25).

No que diz respeito à *idade da mulher no nascimento do último filho*, é entre os 25 e os 34 anos (29,3 anos em média) que este costuma ocorrer (quadro n.º 8.17). Mas, enquanto as inquiridas com o preparatório/básico e

contraposição à ideia de abortar (13% fariam ou talvez fizessem uma IVG). Infelizmente, o resultado não é cruzado com a escolaridade, de modo a perceber se há ou não um diferente posicionamento das mulheres mais e menos instruídas face a esta questão.

<sup>26</sup> A idade média das mulheres no início da conjugalidade aumenta linearmente com o percurso escolar: é de 21,3 nas mulheres sem escolaridade, 21,7 nas que têm o ensino primário e o preparatório/básico, 23,2 nas que têm o secundário, 23,9 nas que têm o curso médio/licenciatura incompleta e 24,9 nas mulheres com a licenciatura ou grau superior.

com o secundário concentram esse acontecimento no pico modal dos 25-29 anos (as primeiras estão, inclusivamente, sobrerrepresentadas até aos 24 anos), as restantes – e principalmente nos extremos – têm-no mais frequentemente no pico seguinte. Neste contexto destoa claramente o perfil das mais escolarizadas, na medida em que apenas 27% tiveram o último nascimento antes dos 30 anos. De facto, o filho mais novo nasce, *grosso modo*, a partir dos 30 anos e tê-lo a partir dos 35 anos é ainda muito frequente (30%).

Por comparação com o indicador anterior, a relação da idade da mulher no último nascimento com o percurso escolar não é linear, já que aqui também intervém a dimensão da descendência. De facto, a idade aumenta na razão directa do número de filhos<sup>27</sup>, pelo que são as inquiridas com as descendências mais contidas – ou seja, as que têm o preparatório/básico e o secundário – que tendem a encerrar mais cedo a carreira reprodutiva (aos 28,1 e 29,5 anos, respectivamente). Do mesmo modo, são as inquiridas com as descendências mais numerosas – as sem escolaridade – que têm o último nascimento ligeiramente mais tarde (30,7 anos). Já o mesmo raciocínio não se aplica em relação às mais escolarizadas, pois, embora tenham descendências «médias», também encerram tarde a carreira reprodutiva (aos 30,7 anos, no caso das que têm o curso médio, e aos 32 anos, no caso das licenciadas). O seu calendário reflecte então a entrada tardia na vida familiar: ao transitarem mais tarde para a conjugalidade, também adiam a abertura da carreira reprodutiva e, naturalmente, o seu encerramento.

Ora, quando temos em atenção uma descendência específica, nomeadamente a de dois filhos, o cenário altera-se significativamente: à medida que aumentam os capitais escolares, tende a diminuir o encerramento precoce da carreira reprodutiva, isto é, antes dos 25 anos; o encerramento com 30 e mais anos é frequente a partir do secundário e destaca-se no caso das inquiridas licenciadas (quadro n.º 8.17).

No que concerne ao intervalo entre o início da conjugalidade e o primeiro nascimento (quadro n.º 8.18), mais uma vez se verifica de forma clara o efeito do percurso escolar, na medida em que, quanto mais escolarizadas são as mulheres, mais tempo passa o casal antes da vinda da criança: o intervalo médio é de 2,1 anos para as mulheres sem escolaridade, 2,2 para as que têm o ensino primário, 2,3 para as que têm o preparatório/básico, 2,8 para as do secundário, 2,9 para as que têm o curso médio e 3,2 para as licenciadas. Ora as inquiridas que têm até nove anos de ensino transitaram rapidamente para uma vida conjugal com filhos: ao fim de dois anos de união, cerca de sete em dez já tinham pelo menos uma crian-

<sup>27</sup> A idade média é de 26 anos quando têm um filho, 29,4 quando têm dois, 32,1 quando têm três e 33,4 quando têm quatro ou mais.

Idade no nascimento dos filhos segundo a escolaridade (em percentagem)

[QUADRO N.º 8.17]

	Primeiro					Último					Último (descendências de dois filhos)							
	Até 19	20-24	25-29	30 e +	Total	Média	Até 24	25-29	30-34	35 e +	Total	Média	Até 24	25-29	30-34	35 e +	Total	Média
	Sem escolaridade.....	16,7	60,3	10,3	12,8	100	22,8	10,3	28,2	42,3	19,2	100	30,7	16,0	40,0	32,0	12,0	100
Ensino primário.....	15,6	52,1	26,3	5,9	100	23,1	15,6	33,0	34,2	17,2	100	29,6	13,4	38,6	37,0	11,1	100	29,3
Ens. preparatório/básico.....	11,6	55,2	25,0	8,2	100	23,5	23,3	39,8	26,8	10,1	100	28,1	13,7	46,1	30,8	9,3	100	28,8
Ensino secundário.....	4,0	39,2	45,2	11,6	100	25,3	10,6	41,2	34,7	13,6	100	29,5	5,3	37,7	40,4	16,7	100	30,4
Curso médio/lic. incompleta.....	2,0	32,0	50,0	16,0	100	26,2	7,0	33,0	39,0	21,0	100	30,7	5,6	33,3	44,4	16,7	100	30,5
Licenciatura/grau superior.....	1,1	21,5	49,5	28,0	100	27,5	6,5	20,4	43,0	30,1	100	32,0	3,4	22,0	54,2	20,3	100	31,8
Todas as famílias.....	11,5	49,3	29,8	9,3	100	23,9	16,4	35,3	32,9	15,4	100	29,3	11,5	39,7	36,7	12,1	100	29,4

$\chi^2 = 180,74; DF = 15; p = 0,000 (cf = 0,30)$   $\chi^2 = 90,18; DF = 15; p = 0,000 (cf = 0,22)$   $\chi^2 = 38,58; DF = 15; p = 0,001 (cf = 0,20)$

Intervalos segundo a escolaridade (em percentagem)

[QUADRO N.º 8.18]

	Entre o início da conjugalidade e o primeiro nascimento					Entre o primeiro e o último nascimento					Entre o primeiro e o segundo nascimento							
	0-1	2	3	4 e +	Total	Média	0-4	5-9	10-14	15 e +	Total	Média	0-1	2-4	5-9	10 e +	Total	Média
	Sem escolaridade.....	42,7	29,3	14,7	13,3	100	2,1	14,7	44,1	27,9	13,2	100	9,0	16,2	45,6	30,9	7,4	100
Ensino primário.....	43,9	26,8	13,2	16,1	100	2,2	21,4	48,0	23,8	6,8	100	7,8	7,6	36,5	45,3	10,5	100	5,2
Ens. preparatório/básico.....	40,0	26,6	15,9	17,6	100	2,3	31,5	49,2	15,0	4,3	100	6,6	9,5	37,0	44,2	9,3	100	5,2
Ensino secundário.....	29,2	27,1	18,2	25,5	100	2,8	34,1	52,2	13,0	0,7	100	6,1	7,2	39,1	44,2	9,4	100	5,2
Curso médio/lic. incompleta.....	26,0	26,0	19,8	28,1	100	2,9	45,2	35,6	17,8	1,4	100	6,1	9,6	57,5	27,4	5,5	100	4,3
Licenciatura/grau superior.....	20,4	26,9	16,1	36,6	100	3,2	39,2	52,7	5,4	2,7	100	5,7	9,5	40,5	47,3	2,7	100	4,6
Todas as famílias.....	38,6	26,8	15,2	19,3	100	2,4	27,7	48,2	18,9	5,2	100	7,1	8,8	38,7	43,3	9,2	100	5,0

$\chi^2 = 54,49; DF = 15; p = 0,000 (cf = 0,18)$   $\chi^2 = 75,40; DF = 15; p = 0,000 (cf = 0,23)$   $\chi^2 = 27,98; DF = 15; p = 0,022 (cf = 0,14)$

ça. Em contrapartida, a partir do secundário é menor a pressão para «completar» o casal através da vinda do primeiro filho<sup>28</sup>. Neste nível de escolaridade e no seguinte, a distribuição pelos vários intervalos passa a ser mais uniforme, embora as inquiridas estejam sub-representadas no primeiro intervalo e sobre-representadas no último. Por fim, as mais escolarizadas adiaram de modo significativo a entrada na maternidade: apenas 20% tiveram o primeiro filho no primeiro ano de vida em casal e 37% tiveram-no quatro e mais anos depois (inclusive, é o intervalo mais frequente). Podemos pensar que para elas, ao contrário do que sucede para as menos escolarizadas, a ideia de família não assenta tão vincadamente na figura da criança, pelo que é legítimo viver em casal sem que a sua presença seja imperativa.

Apesar de já fazermos uma ideia das diferentes temporalidades da fecundidade a partir dos indicadores até aqui observados, olhar para os *intervalos entre os nascimentos* à luz da escolaridade também se revela interessante (quadro n.º 8.18). É, assim, possível auscultar minuciosamente o ritmo da fecundidade – ou seja, o tempo que decorre entre um nascimento e o seguinte –, bem como perceber se a estratégia adoptada (ou o resultado obtido) vai no sentido de os aproximar ou de os espaçar.

No que respeita ao *intervalo entre o primeiro e o último filho*, o que se verifica é que, quanto mais escolarizada é a mulher, mais curto é o intervalo, isto é, mais próximos são os dois nascimentos. Assim, o intervalo médio é de nove anos no caso das inquiridas sem escolaridade, 7,8 nas que têm o ensino primário, 6,6 no caso das que têm o preparatório/básico, 6,1 nas que têm o secundário e o curso médio e 5,7 para as mais escolarizadas. As inquiridas menos escolarizadas, que são as que têm as descendências mais numerosas, passam de facto mais tempo do seu período fértil ocupadas com os nascimentos: para 31% das que têm o ensino primário e 41% das que não têm qualquer grau, o último filho nasceu dez e mais anos depois do primeiro. Mais, tendem a deslocar o intervalo dos primeiros nove anos para os 5-14 anos.

No entanto, embora seja necessário ter em linha de conta a dimensão da descendência quando equacionamos este intervalo, aquele factor por si só não é determinante, pois, apesar de as inquiridas com o ensino superior terem, em média, uma descendência mais numerosa do que as do prepara-

<sup>28</sup> Numa questão do inquérito acerca das finalidades da conjugalidade nos primeiros tempos da vida em casal, 94% das inquiridas afirmaram que, na altura, era *realmente fundamental «terem filhos»*. Quando analisamos o impacto da escolaridade, verificamos que, apesar de essa finalidade ser transversal, o seu peso diminui à medida que aumenta o percurso escolar: passa de 99% nas inquiridas sem escolaridade para 80% nas mais escolarizadas (v. capítulo 4, «As orientações normativas da conjugalidade»).

tório/básico e do secundário, a distância que separa o primeiro nascimento do último é mais curta, ou seja, passam menos tempo do seu período fértil absorvidas pelas questões da fecundidade.

Finalmente, quando temos em atenção o *intervalo entre dois nascimentos* seguidos, nomeadamente entre o primeiro e o segundo, verificamos que os perfis que mais se destacam do da amostra são os das mulheres sem escolaridade e com o curso médio (quadro n.º 8.18). Efectivamente, enquanto a maioria das inquiridas tem o segundo filho cinco a nove anos depois do primeiro, aquelas têm-no um pouco antes, isto é, dois a quatro anos depois. As inquiridas sem escolaridade estão ainda sobre-representadas no primeiro intervalo (praticamente o dobro em relação à amostra). Este facto reflecte-se no intervalo médio entre o primeiro e o segundo filho, que é assim menos elevado para estas mulheres: 4,1 e 4,3 anos, respectivamente.

A semelhança dos perfis daquelas inquiridas com percursos escolares tão distintos leva a equacionar se não resultará de duas situações antagónicas: uma, que reflecte a concentração deliberada dos nascimentos, espaçando-os o menos possível; outra, que traduz alguma dificuldade a nível do planeamento familiar<sup>29</sup>.

## A trajetória da condição da mulher perante o trabalho

Trabalhos de âmbito nacional têm feito luz sobre a relação entre o trabalho feminino e o comportamento procriativo das famílias (Almeida *et al.*, 1995). De facto, se a fecundidade portuguesa é hoje mais homogénea do que no passado, as mulheres com e sem actividade económica têm ainda perfis distintos: enquanto as primeiras tendem para um perfil mais tardio e concentrado, as domésticas abrem mais cedo e encerram mais tarde a carreira reprodutiva, passando, por conseguinte, mais tempo do ciclo reprodutivo e da vida familiar ocupadas com a procriação. A nível da dimensão da descendência, onde as diferenças são ainda mais esbatidas do que nos calendários da fecundidade, é possível descortinar, mesmo assim, uma certa clivagem. Segundo o censo 91, as famílias de casais com filhos

<sup>29</sup> Se tivermos em atenção apenas os intervalos entre o primeiro e o segundo nascimento inferiores a cinco anos, verificamos que o planeamento do segundo aumenta linearmente com o percurso escolar, de tal modo que apenas 41% das mulheres sem escolaridade planearam esse nascimento, contra 59% das mulheres com um curso médio. Apesar da tendência clara, quem de facto se destaca são as inquiridas com mais capitais escolares, já que 70% planearam o segundo nascimento nessas circunstâncias.

em que a mulher é empregada têm, em média, menos crianças (filhos com menos de 18 anos) do que as famílias em que a mulher é inactiva ou desempregada (1,6 e 1,8, respectivamente). De facto, as primeiras ficam mais vezes pelo filho único e arriscam menos o terceiro do que as outras<sup>30</sup>.

Neste capítulo, para darmos conta do impacto da actividade feminina na fecundidade das famílias, não recorremos ao indicador clássico da condição da mulher perante o trabalho num dado momento, mas a um indicador construído – a trajectória da condição perante o trabalho – a partir de três cortes temporais: o início da vida conjugal; o nascimento do primeiro filho; o momento actual<sup>31</sup>. De facto, a mulher pode estar sempre inserida no mercado de trabalho, pode estar sempre fora ou pode ainda entrar e sair do mercado de trabalho ao longo da sua vida activa. Estamos em crer que a complexidade dos percursos pessoais, que é captada por aquele indicador, permite perceber com mais clareza as diferentes «construções» da vida familiar. A carreira procriativa tem, de facto, uma temporalidade mais ou menos longa e nela podem interferir sucessivos ajustamentos. A fecundidade constrói-se, assim, passo a passo, ao «sabor» da inserção diferenciada das mulheres no mercado de trabalho.

Como sabemos, a taxa de actividade feminina em Portugal, em particular a tempo inteiro e nas mães jovens, é elevada no contexto europeu (Guerreiro, 1995-2001; Almeida *et al.*, 1998)<sup>32</sup>. A nossa amostra traduz exactamente essa realidade: 52% das inquiridas têm uma trajectória «sempre com trabalho»<sup>33</sup> e 36% «trabalharam em um ou dois momentos». Isto significa que quase nove em dez inquiridas passaram pelo mercado de trabalho desde o início da vida conjugal<sup>34</sup>. Apenas 12% têm uma trajectória «sempre sem trabalho», que inclui tanto a situação maioritária «sempre domésticas» (três quartos) como outras situações de inactividade e suas possíveis combinações: desempregadas, reformadas, estudantes.

Ora, será que as mulheres empregadas, de forma a conciliarem o trabalho e a vida familiar, projectavam à partida cenários de fecundidade mais

<sup>30</sup> Dados não disponíveis dos censos 91 (INE).

<sup>31</sup> Apesar de os intervalos entre os três momentos poderem ser mais ou menos longos e não se conhecer a condição da mulher perante o trabalho nessas alturas, a trajectória por nós construída não deixa de ser um indicador aproximado do percurso efectivo de trabalho.

<sup>32</sup> Em 2000, a taxa de actividade feminina entre os 25 e 29 anos era superior a 80% (Guerreiro, 2001).

<sup>33</sup> Das quais, 85% trabalharam sempre a tempo inteiro, ou seja, seis ou mais horas por dia.

<sup>34</sup> Este resultado proporciona um retrato diferente da actividade feminina, já que, quando retemos um dado momento, é menos elevada a percentagem de mulheres empregadas. À data da inquirição, que corresponde ao momento onde a actividade feminina atinge os valores mais significativos, era de 73 a percentagem de mulheres empregadas (v. capítulo 6. «A divisão familiar do trabalho»).

contidos? E será que esse objectivo inicial resulta num planeamento dos nascimentos mais controlado e numa descendência efectivamente mais restrita? Por outro lado, terão as mulheres com trajectórias «sempre sem trabalho» ideais de fecundidade mais ambiciosos, assim como uma disponibilidade mais imediata para acolherem a vinda das crianças, já que são elas que têm menos alternativas de gratificação pessoal e de aquisição de estatuto, que não através da vida familiar?

### Os projectos, os ideais e as descendências

Curiosamente, a primeira constatação vai no sentido contrário ao das hipóteses enunciadas, isto é, as aspirações e as representações procriativas (*projecto inicial, ideal inicial e ideal abstracto*) não são determinadas pelo tipo de inserção das inquiridas no mercado de trabalho<sup>35</sup>. Porém, apenas por curiosidade, não podemos deixar passar que foram as inquiridas «sempre sem trabalho» que disseram mais vezes que não queriam ou não sabiam se queriam ter filhos e que foram as inquiridas «sempre com trabalho» que apontaram mais vezes o ideal abstracto de três filhos, resultados que contrariam a ideia de que são as mulheres activas que mais recusam à partida a maternidade (Houseknecht, 1987; Miller, 1987).

Por outro lado, fica claro que a manutenção de certas lógicas familiares mais tradicionais, como a divisão dos papéis de género (homem «ganha-pão» e mulher doméstica), não está associada à imagem clássica da família numerosa. O facto é que as inquiridas inactivas não são mais ambiciosas do que as activas, quer em termos do modelo ideal, quer em termos do que procuram construir (ideal inicial).

O mesmo não é possível dizer em relação à *descendência actual*, já que a participação ou não no mercado de trabalho influencia significativamente o número efectivo de filhos (quadro n.º 8.19). Podemos mesmo acrescentar que, quanto mais inserida está a mulher no mercado de trabalho, mais contida é a sua prole: 2,41 filhos, em média, no caso das inquiridas que nunca trabalharam; 2,16 nas que trabalharam em um ou dois momentos; 1,97 nas que sempre trabalharam.

<sup>35</sup> Os cruzamentos não são estatisticamente significativos.

Descendência segundo a trajectória da condição perante o trabalho  
(em percentagem)

[QUADRO N.º 8.19]

	Um filho	Dois filhos	Três filhos	Quatro e mais filhos	Total	Média
Sempre com trabalho.....	26,5	56,1	13,1	4,4	100	1,97
Trabalhou em um-dois momentos.....	20,0	54,3	18,4	7,2	100	2,16
Sempre sem trabalho.....	19,3	45,9	20,2	14,7	100	2,41
Todas as famílias.....	23,4	54,2	15,8	6,6	100	2,09

$$\chi^2 = 50,24; DF = 6; p = 0,000 (cf = 0,17).$$

Como podemos observar, se a tendência generalizada é para ter dois filhos, as inquiridas que nunca trabalharam têm menos frequentemente esta descendência do que as restantes. E também ficam menos vezes pelo filho único, pelo que os casos de três e mais filhos são muito expressivos (35% contra 23% da amostra). Inclusivamente, o número de mulheres com três filhos é praticamente idêntico ao de mulheres com um filho e a percentagem das que têm pelo menos quatro filhos supera largamente a amostra (mais do dobro). Quanto às mulheres que sempre trabalharam, têm um comportamento praticamente oposto: são elas que ficam mais vezes por descendências de um e dois filhos e não chegam a duas em dez as que têm uma família mais numerosa. De tal modo que são as únicas que tendem a ficar mais vezes pelo filho único (mais de um quarto) do que a arriscar para além dos dois (menos de um quinto). Por fim, as mulheres que passaram em um ou dois momentos pelo mercado de trabalho têm um perfil intermédio e mais próximo do da amostra, embora estejam sobrerrepresentadas nas descendências de três e mais filhos e sub-representadas nas de filho único. O terceiro filho passa a ser, assim, quase tão frequente como o primeiro.

Mas será que este panorama traduz de algum modo o que se passa a nível da escolaridade feminina, na medida em que há, seguramente, uma certa colagem entre percursos escolares curtos e inactividade e entre percursos escolares longos e inserção no mercado de trabalho<sup>36</sup>? Ou, pelo

<sup>36</sup> Mais de metade das mulheres sem escolaridade e com a primária esteve fora do mercado de trabalho em algum momento: 16% estiveram sempre e 39% em um ou dois momentos. Estes valores alteram-se muito quando as mulheres têm pelo menos o secundário. Passam, respectivamente, para 4% e 28%.

contrário, é pelo facto de estar em casa que se reúnem as condições para acolher mais filhos, independentemente da escolaridade?

Descendências segundo a escolaridade e a trajectória da condição  
perante o trabalho  
(em percentagem)

[QUADRO N.º 8.20]

	Um e dois filhos	Três e mais filhos	Todas
Sem escolaridade/ensino primário.....	69,0	30,8	100
Sempre com trabalho (n = 351).....	74,1	25,9	100
Trabalhou em um ou dois momentos (n = 305).....	67,2	32,8	100
Sempre sem trabalho (n = 129).....	59,7	40,3	100
$\chi^2 = 9,91; DF = 2; p = 0,007 (cf = 0,11)$			
Ensino preparatório/básico.....	83,5	16,5	100
Sempre com trabalho (n = 300).....	88,3	11,7	100
Trabalhou em um ou dois momentos (n = 220).....	80,9	19,1	100
Sempre sem trabalho (n = 74).....	71,6	28,4	100
$\chi^2 = 13,74; DF = 2; p = 0,001 (cf = 0,15)$			
Ensino secundário/superior.....	85,2	14,8	100
Sempre com trabalho (n = 267).....	87,3	12,7	100
Trabalhou em um ou dois momentos (n = 110).....	80,9	19,1	100
Sempre sem trabalho (n = 15).....	80,0	20,0	100
$\chi^2 = 2,83; DF = 2; p = 0,243 (cf = 0,08)$			
Todas as famílias.....	77,5	22,5	100

O olhar cruzado sobre a descendência actual, a trajectória da condição perante o trabalho e a escolaridade<sup>37</sup> permite apreender o impacto claro de ambas as variáveis na fecundidade (quadro n.º 8.20). Se tivermos em conta as descendências numerosas, de três e mais filhos, tiramos algumas ilações. Em primeiro lugar, a sua frequência tende a diminuir à medida que os capitais escolares femininos aumentam, não obstante o tipo de trajectória. Esta tendência é, todavia, mais nítida nas situações «sempre sem trabalho»: representam 40% das descendências das inquiridas sem escolaridade e com o primário, 28% das que têm o preparatório/básico e 20% das que têm o secundário ou mais. Em segundo lugar, a sua frequência também diminui em cada categoria escolar à medida que aumenta a participação das mulheres no mercado de trabalho, resultado que leva a equacionar

<sup>37</sup> Foi necessário agregar a variável escolaridade em três categorias, pois, com seis categorias, a tabela de cruzamentos apresenta células com quantitativos muito baixos.

se, dentro de certos limites<sup>38</sup>, as mulheres terão uma descendência numerosa porque estão em casa, e não o contrário, isto é, estão em casa porque têm um projecto familiar ambicioso. Torna-se, assim, evidente que a combinação destas variáveis desempenha um papel essencial na construção da vida familiar, embora o seu impacto seja mais significativo para umas do que para outras<sup>39</sup>.

### As tensões entre os ideais e as descendências

Ora, se as trajectórias influenciam as descendências, facilmente se depreende que também têm impacto na tensão entre os ideais e o número de filhos. No que respeita ao desfasamento entre o *ideal inicial e a descendência*, não é exactamente a nível da ausência/presença de tensão que as aquelas influem, mas no seu sentido. Se a tensão entre a descendência que as inquiridas pensavam ter no início e a que têm hoje é habitualmente mais «por defeito» do que «por excesso», quando temos em conta as suas inserções no mercado de trabalho destaca-se o perfil das mulheres que sempre trabalharam: a tensão «por defeito» pesa muito mais. De facto, 29% ficaram aquém dos seus objectivos iniciais e só 13% superaram os mesmos. Em contrapartida, as tensões das inquiridas que trabalharam em um ou dois momentos e que nunca o fizeram são semelhantes e tendem para um equilíbrio, embora estejam ligeiramente sobrerrepresentadas na tensão «por excesso».

Em relação ao desfasamento entre o *ideal abstracto e a descendência*, as clivagens são ainda mais vincadas. As inquiridas que nunca trabalharam são as que menos frequentemente reproduzem a família-modelo, pelo que estão mais sujeitas a tensões do que as restantes. E, embora a tensão «por defeito» seja mais comum do que a «por excesso», praticamente três em dez têm uma descendência mais numerosa do que a idealizada abstractamente (contra 17% da amostra). Por seu lado, as mulheres que sempre trabalharam estão sub-representadas na tensão «por excesso», já que apenas 13% têm uma descendência actual superior ao ideal abstracto. A maioria está, bem pelo contrário, sujeita à tensão «por defeito», ultrapassando

<sup>38</sup> É de notar que as descendências numerosas são sempre menos frequentes nas mulheres mais escolarizadas. Enquanto, das inquiridas mais escolarizadas e sempre sem trabalho, 20% têm três e mais filhos, das inquiridas menos escolarizadas e sempre activas, 26% têm essa descendência.

<sup>39</sup> No caso das inquiridas mais escolarizadas, não há praticamente diferença entre aquelas que entraram e saíram do mercado de trabalho e as que nunca trabalharam, bem como também é menor a distância que as separa das que sempre trabalharam.

mesmo a percentagem das que não registam desfasamentos. Por fim, a distribuição das mulheres que trabalharam em um ou dois momentos oscila pouco em relação à distribuição amostral.

### Tensões entre os ideais e as descendências segundo a trajectória da condição perante o trabalho (em percentagem)

[QUADRO N.º 8.21]

	Entre ideal inicial e descendência actual				Entre ideal abstracto e descendência actual			
	Ausência	Por defeito	Por excesso	Total	Ausência	Por defeito	Por excesso	Total
Sempre com trabalho.....	58,2	28,8	13,0	100	41,1	46,0	12,9	100
Trabalhou em um-dois momentos.....	56,7	22,5	20,8	100	43,4	37,1	19,5	100
Sempre sem trabalho.....	57,8	20,2	22,0	100	36,3	34,9	28,8	100
Todas as famílias.....	57,6	25,7	16,7	100	41,3	41,5	17,2	100
	$\chi^2 = 14,71; DF = 4; p = 0,005$ (cf = 0,12)				$\chi^2 = 39,34; DF = 4; p = 0,000$ (cf = 0,15)			

### O planeamento dos nascimentos

Será que as descendências numerosas das inquiridas que não trabalharam, assim como a tensão «por excesso» a que estão mais sujeitas, estarão associadas a um menor controlo da fecundidade, tal como acontece com as mulheres pouco escolarizadas?

Com efeito, quando temos em linha de conta o *planeamento dos nascimentos*, verificamos que, quanto mais tempo está a mulher no mercado de trabalho, maior é a probabilidade de planejar a descendência (quadro n.º 8.22): 53% das inquiridas que sempre trabalharam, 44% das que o fizeram em um ou dois momentos e 37% das que nunca trabalharam planearam todos os nascimentos. E o inverso também é verdadeiro, isto é, quanto mais inseridas estão no universo doméstico, maior é a probabilidade de terem uma gravidez «acidental».

A relação entre o planeamento e a trajectória da condição perante o trabalho também se verifica quando temos em conta o *último filho* (quadro n.º 8.22), na medida em que há uma disposição crescente para planejar esse nascimento com a persistência da participação no mercado de trabalho:

para as mulheres que sempre trabalharam, este nascimento tende a ser mais planeado do que «acidental»; para as que nunca trabalharam, passa-se precisamente o contrário; para as que entram e saem do mercado de trabalho, o planeamento e o «acidente» ocorrem com a mesma frequência. Mas, quando atendemos às *descendências de dois filhos*, esta tendência dilui-se, pelo que mais uma vez se comprova que o «acidente» está associado a proles numerosas.

Tipo de planeamento dos nascimentos segundo a trajectória da condição perante o trabalho  
(em percentagem)

[QUADRO N.º 8.22]

	Todos			Último			Todos (descendências de dois filhos)		
	Planeados	Pelo menos um não planeado	Total	Planeados	Pelo menos um não planeado	Total	Planeados	Pelo menos um não planeado	Total
Sempre com trabalho.....	53,0	47,0	100	56,9	43,1	100	52,5	47,5	100
Trabalhou em um-dois momentos.....	44,0	56,0	100	50,0	50,0	100	47,8	52,2	100
Sempre sem trabalho.....	36,6	63,4	100	44,3	55,7	100	47,0	53,0	100
Todas as famílias.....	47,8	52,2	100	52,8	47,2	100	50,3	49,7	100

$\chi^2 = 24,36; DF = 2; p = 0,000 (cf = 0,12)$      $\chi^2 = 11,29; DF = 2; p = 0,004 (cf = 0,09)$      $\chi^2 = 2,3; DF = 2; p = 3,15 (cf = 0,05)$

Ora, como é possível observar a partir destes indicadores, a entrada dos filhos na vida familiar ocorre de modo distinto em função da presença/ausência da mulher do mercado de trabalho. Se grande parte das mães que trabalham de forma sistemática tem uma carreira reprodutiva caracterizada por nascimentos planeados, as que nunca trabalharam estão sujeitas a gravidezes «acidentais». Reflectirá este cenário uma maior dificuldade das inactivas em gerirem a fecundidade por pertencerem a uma franja da população menos escolarizada? Não traduzirá, pelo contrário, uma maior abertura para redimensionarem os projectos familiares, na medida em que têm uma maior disponibilidade por estarem longe do mercado de trabalho e dos constrangimentos que a vida profissional implica? Com efeito, os problemas da conciliação e os custos associados à guarda das crianças pequenas não se colocam para estas mães.

Tipo de planeamento dos nascimentos segundo a escolaridade e a trajectória da condição perante o trabalho  
(em percentagem)

[QUADRO N.º 8.23]

	Planeados	Pelo menos um não planeado	Todos
Sem escolaridade/ensino primário.....	40,6	59,4	100
Sempre com trabalho (n = 348).....	45,1	54,9	100
Trabalhou em um ou dois momentos (n = 301).....	37,2	62,8	100
Sempre sem trabalho (n = 127).....	36,2	63,8	100
$\chi^2 = 5,39; DF = 2; p = 0,068 (cf = 0,08)$			
Ensino preparatório/básico.....	51,4	48,6	100
Sempre com trabalho (n = 293).....	55,3	44,7	100
Trabalhou em um ou dois momentos (n = 219).....	50,7	49,3	100
Sempre sem trabalho (n = 74).....	37,8	62,2	100
$\chi^2 = 7,27; DF = 2; p = 0,026 (cf = 0,11)$			
Ensino secundário/superior.....	56,4	43,6	100
Sempre com trabalho (n = 265).....	60,8	39,2	100
Trabalhou em um ou dois momentos (n = 110).....	49,1	50,9	100
Sempre sem trabalho (n = 15).....	33,3	66,7	100
$\chi^2 = 7,70; DF = 2; p = 0,021 (cf = 0,14)$			
Todas as famílias.....	47,8	52,2	100

Ora, o olhar cruzado sobre o planeamento, a escolaridade e a trajectória da condição perante o trabalho, apesar de apresentar resultados estatisticamente pouco significativos (quadro n.º 8.23), merece um comentário: se tivermos em conta as mulheres que fizeram um determinado percurso escolar, observamos que aquelas que sempre trabalharam planeiam com mais cuidado do que as restantes a entrada dos filhos na vida familiar, não deixando, contudo, de se notar o impacto da escolaridade. Portanto, das mulheres sem escolaridade e com o primário que sempre trabalharam, 45% planearam todos os nascimentos. A percentagem sobe para 55 no caso das que têm o ensino preparatório/básico e para 61 no caso das mulheres com o ensino secundário e universitário. Mas mais interessante é perceber que aquelas que nunca trabalharam, independentemente dos capitais escolares, têm de facto mais «acidentes» na sua carreira reprodutiva: menos de quatro em dez planearam todos os nascimentos.

Se bem que a influência do percurso escolar não deixe de sobressair nestes resultados (como podemos verificar nas situações em que as inquiridas trabalharam sempre), o que é certo é que também sai reforçada a ideia de que a não participação da mulher no mercado de trabalho permite

«afrouxar» a vigilância contraceptiva, abrindo caminho a um «acidente» mais ou menos desejado. No entanto, não podemos deixar passar em branco o facto de serem essencialmente as inquiridas pouco escolarizadas que têm uma trajectória sempre sem trabalho.

### O calendário da fecundidade

Segundo as estatísticas oficiais, no início dos anos 90 era visível o impacto da actividade feminina nos calendários da fecundidade. As mulheres empregadas abriam mais tarde a carreira reprodutiva e concentravam mais os nascimentos do que as domésticas, o que resultava, na perspectiva de Almeida *et al.*, dos «condicionalismos impostos pelo desempenho profissional» (1995, p. 63).

Os dados do inquérito FPC vão precisamente no mesmo sentido. Se tivermos em conta a *entrada na maternidade* (quadro n.º 8.24), observamos que a idade média nesse acontecimento é mais elevada no caso das mulheres que sempre trabalharam (24,5 anos). Mas não são as mulheres que nunca trabalharam e sim as que o fizeram em um ou dois momentos que transitaram mais cedo para a maternidade (respectivamente, aos 23,3 e 23,1 anos), na medida em que estas últimas foram mães muito jovens, com menos de 20 anos, com mais frequência (15%). Mas, se para todas o intervalo modal se situa nos 20-24 anos, para as mulheres que sempre trabalharam também é usual ter o primeiro filho um pouco mais tarde, entre os 25 e os 29 anos (36%). São ainda elas que mais vezes adiam esse momento para depois dos 29 anos e que menos vezes o têm antes dos 20. Quanto às inquiridas que nunca trabalharam ou que o fizeram em um ou dois momentos, entram na maternidade mais de forma precoce do que tardia.

No que respeita ao *nascimento do último filho* (quadro n.º 8.24), há também uma certa relação entre a trajectória da condição perante o trabalho e a idade da mulher nesse episódio. No entanto, quem se demarca agora são as inquiridas que sempre estiveram à margem do mercado de trabalho, na medida em que o filho mais novo tende a nascer um pouco mais tarde. Em média, é aos 29,9 anos que ocorre esse nascimento para elas, aos 29,4 para as que sempre trabalharam e aos 29,0 para as que o fizeram em um ou dois momentos. São, assim, as inquiridas sempre inactivas que têm mais vezes o último bebé a partir dos 35 anos (21%). Por outro lado, são as mulheres que entram e saem do mercado de trabalho que tendem a encerrar a carreira reprodutiva mais precocemente: 20% fizeram-no antes

dos 25 anos. Mas, quando temos em conta as *descendências de dois filhos*, observamos que as diferenças tendem a esbater-se, o que atesta, mais uma vez, um certo impacto da dimensão da descendência (quadro n.º 8.24).

Em relação ao *intervalo entre o início da conjugalidade e o nascimento do primeiro filho* é ao fim de pouco tempo de vida conjugal que nasce a primeira criança (quadro n.º 8.25). Mas este tempo consagrado ao casal, que é em média de 2,4 anos, não é indiferente à trajectória feminina: sobe para 2,5 no caso das inquiridas que sempre trabalharam; desce para 2,3 nas situações em que trabalharam em algum momento; desce ainda mais, para 2,2 anos, no caso das inactivas. Esta ligeira oscilação não dispensa, mesmo assim, alguns comentários. Embora seja antes de completarem dois anos de conjugalidade que tende a ocorrer a transição para a vida familiar com filhos, as inquiridas muito integradas no mercado de trabalho têm um perfil menos concentrado, já que praticamente quatro em dez também passaram três ou mais anos sem crianças.

O *intervalo que separa o nascimento do filho mais velho do mais novo*, que é em média de 7,1 anos, corresponde ao número de anos despendido pela mulher com a procriação. Como estudos sobre a fecundidade têm revelado (Almeida *et al.*, 1995), este indicador associa-se em parte à condição da mulher perante o trabalho, na medida em que as domésticas tendem a espaçar os nascimentos e as empregadas a concentrá-los. Se olharmos para a trajectória, e não para a condição perante o trabalho num dado momento, verificamos isso mesmo: quanto mais ausente está do mercado de trabalho, mais tempo destina à procriação (quadro n.º 8.25). Com efeito, o intervalo entre o primeiro nascimento e o último é, em média, de 6,7 anos para as inquiridas que sempre trabalharam, de 7,3 anos para as que o fizeram em um ou dois momentos e de 8,1 para as que nunca o fizeram. As últimas estão, de facto, sobrerrepresentadas nos intervalos longos – um terço separou os nascimentos em mais de nove anos –, enquanto as mulheres sempre activas estão ligeiramente acima da média no extremo oposto – três em dez tiveram o último filho até quatro anos depois do primeiro.

Estar mais ou menos tempo centrada na maternidade depende também, como é óbvio, do número de filhos. Ora, as inquiridas que nunca trabalharam são, em regra, as que têm as descendências maiores (2,41 filhos), pelo que é praticamente inevitável que os seus calendários sejam mais longos. De facto, quando olhamos para a distância que separa o *primeiro nascimento do seguinte*, ficamos com uma perspectiva quase inversa. Apesar de o cruzamento não se revelar estatisticamente significativo, podemos, mesmo assim, referir que, neste caso, as mulheres que nunca trabalharam espaçam menos estes nascimentos: estão sobrerrepresentadas nos primeiros dois intervalos, ou seja, mais de metade tem o segundo filho até quatro anos

Idade no nascimento dos filhos segundo a trajectória da condição perante o trabalho  
(em percentagem)

[QUADRO N.º 8.24]

	Primeiro					Último					Último (descendências de dois filhos)							
	Até 19	20-24	25-29	30 e +	Total	Média	Até 24	25-29	30-34	35 e +	Total	Média	Até 24	25-29	30-34	35 e +	Total	Média
	Sempre com trabalho.....	8,5	44,4	35,9	11,1	100	24,5	14,3	37,0	34,0	14,7	100	29,4	8,7	38,8	39,2	13,2	100
Trabalhou em um-dois mo- mentos.....	15,4	54,6	22,5	7,4	100	23,1	20,2	34,5	30,7	14,6	100	29,0	15,9	41,7	32,2	10,1	100	28,8
Sempre sem trabalho.....	12,8	54,6	25,2	7,3	100	23,3	15,1	29,4	34,9	20,6	100	29,9	11,0	36,0	40,0	13,0	100	29,6
Todas as famílias.....	11,5	49,3	29,8	9,4	100	23,9	16,4	35,3	32,9	15,4	100	29,3	11,6	39,6	36,8	12,1	100	29,4

$\chi^2 = 56,39; DF = 6; p = 0,000 (cf = 0,18)$   $\chi^2 = 17,17; DF = 6; p = 0,009 (cf = 0,10)$   $\chi^2 = 14,89; DF = 6; p = 0,021 (cf = 0,12)$

Intervalos segundo a trajectória da condição perante o trabalho  
(em percentagem)

[QUADRO N.º 8.25]

	Entre o início da conjugalidade e o primeiro nascimento					Entre o primeiro e o último nascimento					Entre o primeiro e o segundo nascimento							
	0-1	2	3	4 e +	Total	Média	0-4	5-9	10-14	15 e +	Total	Média	0-1	2-4	5-9	10 e +	Total	Média
	Sempre com trabalho.....	35,6	26,2	18,0	20,2	100	2,5	30,4	48,9	17,3	3,4	100	6,7	8,6	37,9	44,1	9,3	100
Trabalhou em um/dois mo- mentos.....	41,1	27,6	12,4	18,9	100	2,3	25,2	49,2	20,1	5,5	100	7,3	8,3	38,4	43,7	9,6	100	5,1
Sempre sem trabalho.....	43,5	27,3	11,5	17,7	100	2,2	25,0	42,0	21,6	11,4	100	8,1	11,4	43,2	38,1	7,4	100	5,0
Todas as famílias.....	38,6	26,8	15,2	19,4	100	2,4	27,7	48,2	18,9	5,2	100	7,1	8,8	38,7	43,3	9,2	100	5,0

$\chi^2 = 14,85; DF = 6; p = 0,021 (cf = 0,09)$   $\chi^2 = 23,87; DF = 6; p = 0,001 (cf = 0,13)$   $\chi^2 = 4,53; DF = 6; p = 0,606 (cf = 0,06)$

depois do primeiro e 4,6 anos é o tempo médio que distam os nascimentos. Quanto às inquiridas que estiveram sempre ou em algum momento no mercado de trabalho, detêm um perfil-padrão: o intervalo modal é de 5-9 anos e o intervalo médio é de 5,1, o que leva a equacionar se será a necessidade de não acumular os custos ligados à guarda dos filhos nos primeiros anos que as levará, ao contrários das outras, a dilatar o intervalo entre estes nascimentos.

## A coorte de entrada na maternidade

O impacto das transformações dos comportamentos procriativos das famílias na fecundidade portuguesa inscreve-se na tendência europeia, que se fez sentir mais cedo nos países da Europa do Norte e central, em meados dos anos 60, e só depois no Sul, a partir dos anos 70. Todavia, o atraso destes países foi largamente compensado pela rapidez da queda, de tal maneira que na viragem para a década de 90 já tinham os mais baixos índices de fecundidade (em especial a Itália, a Espanha e a Grécia), enquanto os outros países registavam uma ligeira retoma do indicador, seguida de uma estagnação num valor ligeiramente abaixo do nível de substituição das gerações.

Portugal tinha uma das fecundidades mais elevadas no contexto europeu no início dos anos 60: 3,1 filhos contra 2,6 na UE15 (Barreto e Preto, 2000). Segundo Bandeira, a «difusão tardia, lenta e problemática de comportamentos demográficos modernos em Portugal converge com outras características conhecidas da história social portuguesa, como seja o facto de as correntes laicas e o modelo social urbano-industrial, apesar da revolução liberal e da República, até uma época muito recente, terem encontrado adesão apenas em sectores social e geograficamente perfeitamente localizados e muito minoritários» (1996, p. 11).

Outro traço importante da paisagem nacional neste domínio era a existência de fortes contrastes regionais. Nos anos 70, este indicador demográfico reflectia grandes clivagens: o Norte, com valores elevados, contrapunha-se ao Sul, com valores mais baixos. «Para além de uma desigual presença de práticas religiosas nestes dois espaços, os especialistas interpretam esta oposição marcante [...] como sinal de uma maior ou menor relevância estrutural das actividades agrícolas em torno da pequena propriedade familiar» (Almeida e Wall, 1995, p. 40). Mas ao longo da década de 80 as diferenças regionais tendem a diluir-se devido ao efeito conjugado da intensificação do recuo da fecundidade nos locais onde era tradicio-

nalmente mais elevada e do abrandamento onde já era mais baixa (Bandeira, 1996)<sup>40</sup>.

Desde os anos 90 que o cenário da fecundidade portuguesa se caracteriza por esses dois traços decisivos: uma fecundidade média no contexto europeu (mas a mais elevada do Sul); uma paisagem regional quase indiferenciada. Inclusivamente, o aumento do número de nascimentos que se registou recentemente (1995-1996 e 1996-1997) e que suscitou algum interesse à volta de uma eventual retoma da descendência das famílias é o resultado, segundo Rosa, de um efeito combinado da «existência de uma base populacional mais favorável e [...] [da] progressiva consolidação de um modelo de fecundidade mais tardio» (1998, p. 184). Ou seja, não só a evolução da estrutura etária feminina confluiu para um engrossamento da população em idade fértil, como as mulheres têm adiado a maternidade: era de 24 anos em 1980-1981 a idade média no nascimento do primeiro filho e de 26 em 1996 (*ibid.*, p. 186). A partir de 1992, o índice sintético de fecundidade passa a alinhar sistematicamente com o da UE15, resultado da queda generalizada deste indicador no contexto europeu: 1,5 em 1992-1993 e em 1997-1998 e 1,4 em 1994-1996 (Barreto e Preto, 2000).

O tempo social marca, indiscutivelmente, a fecundidade portuguesa. Dos anos 60 aos nossos dias ocorreram transformações decisivas nas práticas procriativas que conduziram à drástica redução do índice sintético de fecundidade de 3,1 para 1,5 filhos. Que transformações são essas? Trata-se de uma mudança a nível dos ideais de família, que passam a contemplar um modelo de descendência mais restrito?

Com efeito, a nível das práticas efectivas das famílias, diversos autores têm chamado a atenção para a polarização actual em torno das descendências de dois filhos, situando-se a baixa a partir do terceiro (Roussel, 1989; Segalen, 1999). Também a nível das representações, desde há alguns anos que se regista a consolidação de um modelo normativo de família ancorado na imagem dos dois filhos (Girard e Roussel, 1976; Kellerhals *et al.*, 1982; Almeida e Guerreiro, 1993; Almeida, 1993; Wall, 1998a; Segalen, 1999; INE, 2001). Por outro lado, foi precisamente nos anos 70 que se difundiu a contracepção moderna no contexto europeu, embora inicialmente a adesão por parte dos casais estivesse longe de ser generalizada (Bassand e Kellerhals, 1975; Leridon, 1987b). Em Portugal, ainda nos anos 80, um quarto dos casais não recorria a qualquer método anticoncepcional e 20% faziam recurso ao coito interrompido. Apenas 31% utiliza-

<sup>40</sup> O índice de fecundidade era de 1,47 em 1989. O valor mais baixo registava-se no distrito de Santarém (1,28), o mais elevado na Região Autónoma dos Açores (2,20, o único acima do valor de substituição das gerações) e o mais elevado do continente no distrito de Faro (1,76) (Bandeira, 1996, p. 226).

vam a pílula (Almeida *et al.*, 1995)<sup>41</sup>. Mas uma década depois o *Inquérito à Fecundidade e Família* (INE, 2001) revela uma maior adesão a métodos contraceptivos seguros: dos inquiridos que viviam à data em conjugalidade, mais de 60% tinham recorrido à pílula nos últimos três meses, mais de 9% ao DIU, 15% a 17% ao preservativo e só 6% a 7% ao coito interrompido.

Ora, no inquérito FPC, as inquiridas entraram na maternidade em tempos sociais distintos. A maioria (cerca de 6 em 10) teve o primeiro filho nos anos 80. Quanto às restantes, esse acontecimento ocorreu nos anos 70 ou já nos anos 90<sup>42</sup>. Mas antes de analisarmos os traços da fecundidade à luz da coorte, de modo a darmos conta das mudanças operadas nas últimas décadas a nível das representações e dos comportamentos procriativos das mulheres portuguesas, há que fazer uma chamada de atenção: alguns indicadores das práticas (como a descendência actual, a idade ao nascimento dos filhos e o intervalo entre o primeiro e o último nascimento), quando cruzados com a coorte, são enviesados pelas características da amostra ou pelo momento do ciclo de vida familiar. Os resultados têm, portanto, de ser lidos e interpretados com as devidas cautelas e retendo apenas as grandes tendências.

### Os projectos, os ideais e as descendências

Quando olhamos para os *projectos iniciais* das inquiridas tendo em conta a data em que entraram na maternidade, verificamos que o desejo de terem filhos é muito constante ao longo do tempo: oscila entre 93% e 96%. Isto significa que não se denota uma tendência no sentido de conceberem uma trajectória pessoal à margem da criança, como poderia levar a supor o aumento, nas últimas décadas, da escolaridade e da participação das mulheres no mercado de trabalho. Poucas foram as inquiridas que equacionaram esta hipótese tanto nos anos 70 como nos anos 90 (quadro n.º 8.26).

A única mudança significativa registada àquele nível prende-se com a maior ou menor definição dos projectos de fecundidade. Das inquiridas que entraram na maternidade no início dos anos 70, apenas três em dez definiram à partida a dimensão da descendência, enquanto praticamente dois terços não sabiam quantos filhos queriam ter. A inversão deste pano-

<sup>41</sup> A partir do *Inquérito Português à Fecundidade* (INE, 1980) e do *Inquérito Nacional de Saúde* (Ministério da Saúde, 1987).

<sup>42</sup> 4% entre 1969 (5 casos) e 1974, 16% em 1975-1979, 29% em 1980-1984, 30% em 1985-1989 e 20% em 1990-1993.

rama ocorreu logo na segunda metade dos anos 70, o que não deve ser alheio ao impacto do 25 de Abril na vida das famílias e das mulheres portuguesas (Almeida e Wall, 2001), pois foi a partir de então que, com mais frequência, as inquiridas passaram a decidir precocemente as suas descendências. As alterações neste domínio vão, assim, mais no sentido da programação da carreira reprodutiva do que, propriamente, da recusa ou do questionamento do papel parental, embora pese o facto de estarmos perante uma amostra de mulheres com filhos.

Projecto inicial segundo a coorte  
(em percentagem)

[QUADRO N.º 8.26]

	Queria ter filhos e sabia quantos	Queria ter filhos, mas não sabia quantos	Não sabia se queria ter filhos	Não queria ter filhos	Total
Até 1974.....	30,1	63,0	5,5	1,4	100
1975-1979.....	56,1	39,7	3,1	1,0	100
1980-1984.....	56,9	39,0	2,7	1,4	100
1985-1989.....	59,9	36,4	2,6	1,1	100
A partir de 1990.....	58,7	35,7	3,3	2,2	100
Todas as famílias.....	56,8	38,8	3,0	1,4	100

$\chi^2 = 27,40; DF = 12; p = 0,007 (cf = 0,12).$

Outro resultado interessante é que, quando as inquiridas tinham de antemão um projecto definido, este também não variava muito. Por outras palavras, em termos de descendência média, aquelas que tiveram o primeiro filho há mais tempo não pensavam necessariamente constituir uma família mais numerosa (quadro n.º 8.27). O *ideal inicial* oscila, assim, entre 2,39 filhos em 1975-1979 e 2,09 em 1985-1989. Desejar uma descendência de dois filhos é, portanto, uma «norma» já com alguma sedimentação na sociedade portuguesa. Mas, quando analisamos este indicador em pormenor, deparamo-nos com o peso crescente dos projectos de filho único. Estes só representavam 5% dos ideais iniciais no início dos anos 70, enquanto duas décadas depois representam 18%. Por conseguinte, a descendência média inicial de dois filhos resultava, até 1974, de uma grande concentração em torno do ideal de dois filhos (73%), enquanto nos anos 90 passa a resultar de uma maior diversidade de cenários procriativos.

Ideais e descendência segundo a coorte  
(em percentagem)

[QUADRO N.º 8.27]

	Ideal inicial					Ideal abstracto					Descendência actual *							
	1	2	3	4 e +	Total	Média	0-1	2	3	4 e +	Total	Média	1	2	3	4 e +	Total	Média
	Até 1974.....	4,5	72,7	18,2	4,5	100	2,23	1,4	43,7	47,9	7,0	100	2,58	(-)	(28,8)	(42,5)	(28,8)	(100)
1975-1979.....	9,9	61,5	18,0	10,6	100	2,39	1,4	56,2	36,3	6,0	100	2,41	(-)	(50,7)	(32,9)	(16,4)	(100)	(2,79)
1980-1984.....	11,9	72,0	10,9	5,1	100	2,13	1,6	64,9	27,8	5,7	100	2,34	11,8	64,8	17,2	6,2	100	2,19
1985-1989.....	16,2	68,2	10,0	5,6	100	2,09	2,6	67,1	25,5	4,7	100	2,28	28,7	59,8	9,3	2,2	100	1,86
A partir de 1990.....	17,5	63,7	12,7	6,1	100	2,14	1,4	71,8	22,1	4,6	100	2,27	39,9	51,7	6,8	1,5	100	1,70
Todas as famílias.....	14,0	67,4	12,3	6,3	100	2,16	1,9	64,7	28,2	5,3	100	2,33	18,9	57,0	17,0	7,1	100	2,16

$\chi^2 = 21,84; DF = 12; p = 0,039 (cf = 0,15)$   $\chi^2 = 37,55; DF = 12; p = 0,000 (cf = 0,15)$   $\chi^2 = 402,31; DF = 12; p = 0,000 (cf = 0,45)$

\* Quando não querem ter mais filhos (91% da amostra).

nalmente mais elevada e do abrandamento onde já era mais baixa (Bandeira, 1996)<sup>40</sup>.

Desde os anos 90 que o cenário da fecundidade portuguesa se caracteriza por esses dois traços decisivos: uma fecundidade média no contexto europeu (mas a mais elevada do Sul); uma paisagem regional quase indiferenciada. Inclusivamente, o aumento do número de nascimentos que se registou recentemente (1995-1996 e 1996-1997) e que suscitou algum interesse à volta de uma eventual retoma da descendência das famílias é o resultado, segundo Rosa, de um efeito combinado da «existência de uma base populacional mais favorável e [...] [da] progressiva consolidação de um modelo de fecundidade mais tardio» (1998, p. 184). Ou seja, não só a evolução da estrutura etária feminina confluiu para um engrossamento da população em idade fértil, como as mulheres têm adiado a maternidade: era de 24 anos em 1980-1981 a idade média no nascimento do primeiro filho e de 26 em 1996 (*ibid.*, p. 186). A partir de 1992, o índice sintético de fecundidade passa a alinhar sistematicamente com o da UE15, resultado da queda generalizada deste indicador no contexto europeu: 1,5 em 1992-1993 e em 1997-1998 e 1,4 em 1994-1996 (Barreto e Preto, 2000).

O tempo social marca, indiscutivelmente, a fecundidade portuguesa. Dos anos 60 aos nossos dias ocorreram transformações decisivas nas práticas procriativas que conduziram à drástica redução do índice sintético de fecundidade de 3,1 para 1,5 filhos. Que transformações são essas? Trata-se de uma mudança a nível dos ideais de família, que passam a contemplar um modelo de descendência mais restrito?

Com efeito, a nível das práticas efectivas das famílias, diversos autores têm chamado a atenção para a polarização actual em torno das descendências de dois filhos, situando-se a baixa a partir do terceiro (Roussel, 1989; Segalen, 1999). Também a nível das representações, desde há alguns anos que se regista a consolidação de um modelo normativo de família ancorado na imagem dos dois filhos (Girard e Roussel, 1976; Kellerhals *et al.*, 1982; Almeida e Guerreiro, 1993; Almeida, 1993; Wall, 1998a; Segalen, 1999; INE, 2001). Por outro lado, foi precisamente nos anos 70 que se difundiu a contracepção moderna no contexto europeu, embora inicialmente a adesão por parte dos casais estivesse longe de ser generalizada (Bassand e Kellerhals, 1975; Leridon, 1987b). Em Portugal, ainda nos anos 80, um quarto dos casais não recorria a qualquer método anticoncepcional e 20% faziam recurso ao coito interrompido. Apenas 31% utiliza-

<sup>40</sup> O índice de fecundidade era de 1,47 em 1989. O valor mais baixo registava-se no distrito de Santarém (1,28), o mais elevado na Região Autónoma dos Açores (2,20, o único acima do valor de substituição das gerações) e o mais elevado do continente no distrito de Faro (1,76) (Bandeira, 1996, p. 226).

vam a pílula (Almeida *et al.*, 1995)<sup>41</sup>. Mas uma década depois o *Inquérito à Fecundidade e Família* (INE, 2001) revela uma maior adesão a métodos contraceptivos seguros: dos inquiridos que viviam à data em conjugalidade, mais de 60% tinham recorrido à pílula nos últimos três meses, mais de 9% ao DIU, 15% a 17% ao preservativo e só 6% a 7% ao coito interrompido.

Ora, no inquérito FPC, as inquiridas entraram na maternidade em tempos sociais distintos. A maioria (cerca de 6 em 10) teve o primeiro filho nos anos 80. Quanto às restantes, esse acontecimento ocorreu nos anos 70 ou já nos anos 90<sup>42</sup>. Mas antes de analisarmos os traços da fecundidade à luz da coorte, de modo a darmos conta das mudanças operadas nas últimas décadas a nível das representações e dos comportamentos procriativos das mulheres portuguesas, há que fazer uma chamada de atenção: alguns indicadores das práticas (como a descendência actual, a idade ao nascimento dos filhos e o intervalo entre o primeiro e o último nascimento), quando cruzados com a coorte, são enviesados pelas características da amostra ou pelo momento do ciclo de vida familiar. Os resultados têm, portanto, de ser lidos e interpretados com as devidas cautelas e retendo apenas as grandes tendências.

### Os projectos, os ideais e as descendências

Quando olhamos para os *projectos iniciais* das inquiridas tendo em conta a data em que entraram na maternidade, verificamos que o desejo de terem filhos é muito constante ao longo do tempo: oscila entre 93% e 96%. Isto significa que não se denota uma tendência no sentido de conceberem uma trajectória pessoal à margem da criança, como poderia levar a supor o aumento, nas últimas décadas, da escolaridade e da participação das mulheres no mercado de trabalho. Poucas foram as inquiridas que equacionaram esta hipótese tanto nos anos 70 como nos anos 90 (quadro n.º 8.26).

A única mudança significativa registada àquele nível prende-se com a maior ou menor definição dos projectos de fecundidade. Das inquiridas que entraram na maternidade no início dos anos 70, apenas três em dez definiram à partida a dimensão da descendência, enquanto praticamente dois terços não sabiam quantos filhos queriam ter. A inversão deste pano-

<sup>41</sup> A partir do *Inquérito Português à Fecundidade* (INE, 1980) e do *Inquérito Nacional de Saúde* (Ministério da Saúde, 1987).

<sup>42</sup> 4% entre 1969 (5 casos) e 1974, 16% em 1975-1979, 29% em 1980-1984, 30% em 1985-1989 e 20% em 1990-1993.

Em relação ao *ideal abstracto*, apesar de se tratar de um indicador com alguma estabilidade – pois remete para o valor social da criança num dado contexto temporal e cultural –, tem vindo a ficar paulatinamente mais contido. Era, em média, de 2,58 filhos até 1974, de 2,41 filhos entre 1975 e 1979, de 2,34 entre 1980 e 1984, de 2,28 entre 1985 e 1989 e de 2,27 a partir de 1990. Ora, esta tendência não se deve a mudanças a nível da adesão aos modelos residuais, nomeadamente de um filho e de quatro e mais filhos (embora este último tenha decrescido cerca de 2% entre o início de 1970 e 1990), mas sim a nível do peso relativo dos ideais abstractos mais frequentes. Com efeito, os modelos de dois e três filhos registam uma evolução em sentido contrário: em igual período, o primeiro passou de 44% para 72% e o segundo de 48% para 22% (quadro n.º 8.27). Parte-se, assim, de uma situação anterior a 1975, em que as representações acerca do ideal abstracto de família assentavam, equilibradamente, em descendências de dois e três filhos (inclusivamente, o ideal de três filhos era um pouco mais frequente), para uma situação, a partir dos anos 80, claramente convergente para o modelo de dois filhos.

Se os projectos e os ideais não deixam dúvidas quanto às mudanças graduais no sentido de uma maior especificação e restrição da fecundidade, em relação às descendências é preciso ter em conta os enviesamentos produzidos pela amostra e pela etapa do ciclo de vida: as descendências de filho único só são possíveis a partir de 1983 devido ao critério da idade dos filhos (pelo menos um entre os 6 e os 16 anos); por outro lado, as inquiridas que entraram na maternidade nos anos 90 só têm filhos até aos 9 anos e a possibilidade de terem uma descendência numerosa é francamente menor, já que esta se associa a carreiras reprodutivas longas<sup>43</sup>. Para minorar estes efeitos optámos por ter em conta apenas as situações em que as inquiridas, pelo menos a nível das intenções, deram por encerrada a carreira reprodutiva (91% da amostra)<sup>44</sup> e por não considerar as coortes mais problemáticas.

Olhando rapidamente para a evolução das descendências (quadro n.º 8.27), a partir dos anos 80 regista-se o peso crescente do filho único. Logo na segunda metade dessa década, ter apenas um filho passa a ser mais frequente do que ter três e nos anos 90 quatro em dez mulheres têm

<sup>43</sup> Das inquiridas que entraram na maternidade há menos de dez anos, apenas 18% tiveram mais de dois filhos, contra 65% daquelas que entraram na maternidade há mais tempo.

<sup>44</sup> Como é óbvio, as inquiridas que entraram recentemente na maternidade expressaram mais vezes o desejo de aumentarem a descendência: 24% das que tiveram o primeiro filho nos anos 90 contra 8% na amostra.

aquela descendência<sup>45</sup>. Apesar das reservas, estes dados retratam a queda acentuada da fecundidade na sociedade portuguesa, que passou então de 2,8 filhos em 1970 para 1,4 em meados dos anos 90 (Barreto e Preto, 2000)<sup>46</sup>.

### As tensões entre os ideais e as descendências

O momento histórico da entrada na maternidade tem impactos diferentes a nível dos desfasamentos entre os ideais e as descendências. Quando se comparam os *objectivos iniciais no campo da fecundidade com o número de filhos tidos*, destaca-se de imediato o movimento diametralmente oposto das tensões «por defeito» e «por excesso», de tal modo que podemos afirmar que a primeira tem ganho terreno à custa do retraimento da segunda (quadro n.º 8.28).

Tensões entre os ideais e as descendências\* segundo a coorte  
(em percentagem)

[QUADRO N.º 8.28]

	Entre ideal inicial e descendência				Entre ideal abstracto e descendência			
	Ausência	Por defeito	Por excesso	Total	Ausência	Por defeito	Por excesso	Total
Até 1974.....	45,5	9,1	45,5	100	26,8	19,7	53,5	100
1975-1979.....	50,9	12,6	36,5	100	40,5	21,5	38,0	100
1980-1984.....	65,5	16,7	17,8	100	52,3	31,8	15,9	100
1985-1989.....	61,6	25,9	12,5	100	45,0	44,6	10,3	100
A partir de 1990	61,4	31,3	7,2	100	39,0	53,1	7,9	100
Todas as famílias.....	60,6	21,4	18,0	100	44,6	36,8	18,5	100

$\chi^2 = 80,28; DF = 8; p = 0,000 (cf = 0,28)$   $\chi^2 = 206,28; DF = 8; p = 0,000 (cf = 0,34)$

\* Quando não querem ter mais filhos (91% da amostra).

<sup>45</sup> No entanto, mesmo tratando-se de mulheres que não querem ter mais filhos, são elas que têm mais probabilidades de alterarem os seus projectos neste domínio.

<sup>46</sup> A descendência média das inquiridas é sempre superior ao índice sintético de fecundidade, visto se tratar de uma amostra de mães.

Das inquiridas que foram mães no início dos anos 70, apenas 9% não conseguiram atingir o número de filhos inicialmente equacionados, enquanto 46% ultrapassaram esse objectivo. Já no que respeita às mulheres que entraram na maternidade na década de 90, 31% ficaram aquém e 7% foram além dos seus primeiros planos. O início dos anos 80 marca então o momento de viragem desta tendência: regista-se não só um certo equilíbrio entre as duas tensões, como é então que se verifica a maior aproximação da descendência ao ideal inicial (a ausência de tensão é de 66%). Antes dessa data, a concretização dos objectivos é francamente reduzida e a tensão «por excesso» muito mais frequente do que «por defeito»; depois dessa data, a ausência de tensão passa a ser ligeiramente menor e a tensão «por defeito» supera em larga medida a «por excesso».

A mesma tendência evolutiva se regista a nível do desfasamento entre o *ideal abstracto* e a *descendência*, onde o impacto do tempo é ainda maior. Apesar de o modelo abstracto contemplar uma descendência um pouco mais numerosa para as inquiridas que entraram na maternidade até 1974, o cenário de desfasamento mais frequente neste caso não deixa de ser o da tensão «por excesso»: mais de metade destas mulheres têm então uma descendência mais elevada. Por conseguinte, são poucas as que estão sujeitas à tensão «por defeito» (cerca de 2 em 10), bem como as que não estão sujeitas a qualquer tipo de tensão (pouco mais de um quarto).

As inquiridas que tiveram o primeiro filho na segunda metade dos anos 70 registam já um perfil diferente. Não no que respeita à tensão «por defeito», que se mantém baixa por comparação com a amostra, mas no nivelamento da tensão «por excesso» e da ausência de tensão. Por relação às inquiridas que entraram antes na maternidade, estas reproduzem mais frequentemente o ideal abstracto e superam-no menos vezes (estão, todavia, sobrerrepresentadas na amostra).

O início dos anos 80 constitui, também aqui, um ponto de viragem. É neste período que a ausência de tensão atinge os valores mais elevados (já que mais de metade das inquiridas reproduz na descendência o seu ideal abstracto), que a tensão «por defeito» começa a ganhar terreno e que a tensão «por excesso» tem o maior decréscimo.

Posteriormente, a ausência de tensão volta a recuar e os outros dois cenários mantêm as respectivas tendências. De tal modo que o perfil das inquiridas que só foram mães nos anos 90 se caracteriza, antes de mais, pela forte presença da tensão «por defeito». Isto significa que, mesmo tendo um modelo de descendência mais contido (em média, 2,27 filhos), apenas quatro em dez o atingem, mais de metade fica aquém e poucas têm uma descendência mais numerosa (8%).

Estas transformações introduzidas pelo tempo social a nível da descendência remetem então para a cada vez mais apertada vigilância contraceptiva por parte das famílias.

### O planeamento dos nascimentos

Se é no domínio das práticas procriativas, mais do que das representações, que se registam as mudanças mais incisivas, o planeamento não foge a esta tendência (quadro n.º 8.29). De facto, as descendências planeadas têm aumentado ininterruptamente ao longo do tempo: passaram de 22% nas mulheres que foram mães no início dos anos 70 para 58% nas que o foram nos anos 90. É a partir da segunda metade dos anos 80 que passa a haver então um planeamento mais efectivo dos nascimentos. Igual tendência se regista no *último nascimento*: a maioria das inquiridas que entraram na maternidade antes de 1975 teve o filho mais novo no resultado de uma gravidez não planeada (68%), e, se é logo com a coorte de mulheres que foram mães depois do 25 de Abril que se verifica o maior avanço no sentido do planeamento desse nascimento, é só nos anos 80 que aquele passa a ser realmente mais planeado do que «acidental». Mesmo em relação ao primeiro nascimento – onde o impacto das variáveis sociais é menor, já que é transversalmente planeado – se constata a tendência no sentido do controlo crescente da fecundidade: das inquiridas que foram mães no início da década de 70, praticamente metade não planeou o primeiro nascimento.

Mas, quando temos em linha de conta as *descendências de dois filhos*, verificamos que a coorte não tem um impacto significativo (quadro n.º 8.29). No entanto, é preciso não esquecer que este tipo de descendência tem pesos distintos nas diferentes coortes e que as inquiridas que entraram na maternidade nos anos 70, nomeadamente no início, tendem a ter descendências mais numerosas (apenas 29% tiveram dois filhos).

### O calendário da fecundidade

Se os resultados sustentam as profundas transformações a que a sociedade portuguesa tem assistido a nível da dimensão das descendências e do planeamento dos nascimentos, também fazem luz sobre as mutações que ocorrem na construção da vida familiar, ou seja, no calendário da fecundidade. No entanto, mais uma vez se torna necessário fazer uma leitura pru-

Tipo de planeamento dos nascimentos segundo a coorte  
(em percentagem)

[QUADRO N.º 8.29]

	Todos*			Primeiro			Último*			Todos (descendências de dois filhos)		
	Planejados	Pelo menos um não planejado	Total	Planejado	Não planejado	Total	Planejado	Não planejado	Total	Planejados	Pelo menos um não planejado	Total
Até 1974.....	22,2	77,8	100	53,4	46,6	100	31,9	68,1	100	52,6	47,4	100
1975-1979.....	34,8	65,2	100	66,0	34,0	100	48,9	51,1	100	54,3	45,7	100
1980-1984.....	43,2	56,8	100	68,6	31,4	100	52,4	47,6	100	48,1	51,9	100
1985-1989.....	53,0	47,0	100	70,9	29,1	100	56,4	43,6	100	50,3	49,7	100
A partir de 1990.....	58,1	41,9	100	71,5	28,5	100	59,7	40,3	100	51,7	48,3	100
Todas as famílias.....	46,2	53,8	100	68,8	31,2	100	52,5	47,5	100	50,4	49,6	100

$\chi^2 = 57,08; DF = 4;$   
 $p = 0,000 (cf = 0,19)$

$\chi^2 = 11,45; DF = 4;$   
 $p = 0,022 (cf = 0,08)$

$\chi^2 = 19,14; DF = 4;$   
 $p = 0,001 (cf = 0,12)$

$\chi^2 = 1,65; DF = 4;$   
 $p = 0,789 (cf = 0,04)$

\* Quando não querem ter mais filhos (91% da amostra).

dente dos dados quando atendemos à abertura e ao encerramento da carreira reprodutiva no âmbito do ciclo de vida pessoal<sup>47</sup>.

Se atendermos às inquiridas que entraram na maternidade a partir dos anos 80, confirmamos que ocorre cada vez mais tarde a entrada da criança na vida da mulher: aos 23,2 anos, em média, para quem foi mãe entre 1980 e 1984; aos 25,7, para quem o foi a partir de 1990 (quadro n.º 8.30). É na coorte dos anos 90 que esta tendência culmina na inversão, embora ligeira, do pico modal, que passa a ser de 25-29 anos. As inquiridas que tiveram o primeiro filho a partir dos 25 anos estão claramente sobrerrepresentadas na amostra, enquanto as que o tiveram mais cedo estão sub-representadas.

Em relação ao encerramento da carreira reprodutiva verifica-se exactamente o movimento contrário, que é o de antecipar, se bem que ligeiramente, o último nascimento (quadro n.º 8.30). Do início dos anos 80 ao início dos anos 90 regista-se então a tendência para concentrar esse acontecimento na faixa etária dos 25-29 anos (43%). Claro está que a evolução do indicador ocorre a par da contracção das descendências, pelo que, quando isolamos as *de dois filhos*, aquela tendência já não sobressai.

Quanto ao encerramento precoce da carreira de fecundidade, nomeadamente antes dos 25 anos, tem mantido alguma estabilidade desde o início dos anos 80. Embora pareça estranho à primeira vista, num contexto em que é cada vez mais tardia a vinda do primeiro bebé, resulta do crescente número de descendências de filho único, situação em que o início e o fim da carreira procriativa são, obviamente, coincidentes.

Outro indicador interessante que tem evoluído ao longo das últimas décadas é o intervalo entre o início da conjugalidade e o primeiro nascimento, que dá conta do tempo consagrado ao casal antes da vinda da criança (quadro n.º 8.31). Em traços gerais, neste espaço de tempo ocorreu o recuo acentuado do intervalo mais curto (0-1 ano), a par do avanço do intervalo mais longo (quatro e mais anos), de tal modo que, nas mulheres que deram à luz na década de 90, um e outro têm pesos semelhantes. Quanto ao intervalo de dois anos, a sua frequência aumentou até ao início dos anos 80, voltando depois a diminuir até atingir o mínimo nos anos 90. Já o intervalo de três anos subiu muito lentamente até meados da década de 80 e mais significativamente nos anos 90.

<sup>47</sup> Para dar apenas um exemplo, as inquiridas que tiveram o primeiro filho em 1974 tinham obrigatoriamente menos de 25 anos, pois, se fossem mais velhas, em 1999 (data da inquirição) teriam mais de 49 anos (idade limite).

**Idade no nascimento dos filhos segundo a coorte**  
(em percentagem)

[QUADRO N.º 8.30]

448

	Primeiro						Último *						Último (descendências de dois filhos)					
	Até 19	20-24	25-29	30 e +	Total	Média	Até 24	25-29	30-34	35 e +	Total	Média	Até 24	25-29	30-34	35 e +	Total	Média
Até 1974.....	(31,5)	(68,5)	(-)	(-)	(100)	(20,4)	(-)	(6,8)	(52,1)	(41,1)	(100)	(34,0)	(-)	(9,5)	(66,7)	(23,8)	(100)	(32,3)
1975-1979....	(18,1)	(60,8)	(21,2)	(-)	(100)	(22,3)	(3,1)	(27,3)	(40,9)	(28,7)	(100)	(31,8)	(5,5)	(32,2)	(44,5)	(17,8)	(100)	(30,7)
1980-1984....	13,6	54,1	26,6	5,8	100	23,2	15,6	36,6	35,8	12,0	100	29,3	14,5	42,9	34,4	8,2	100	28,9
1985-1989....	7,2	44,6	35,3	12,8	100	24,6	17,7	37,8	31,3	13,2	100	28,9	12,5	38,9	36,3	12,2	100	29,3
A partir de 1990.....	5,5	36,6	39,3	18,6	100	25,7	17,9	42,6	27,8	11,8	100	28,8	10,5	45,8	30,7	13,1	100	29,4
Todas as famílias	11,5	49,3	29,8	9,4	100	23,9	13,7	34,9	34,8	16,6	100	29,7	11,5	39,7	36,7	12,1	100	29,4

 $\chi^2 = 215,11; DF = 12; p = 0,000 (cf = 0,33)$  $\chi^2 = 150,75; DF = 12; p = 0,000 (cf = 0,29)$  $\chi^2 = 39,47; DF = 12; p = 0,000 (cf = 0,20)$ 

\* Quando não querem ter mais filhos (91% da amostra).

**Intervalos segundo a coorte**  
(em percentagem)

[QUADRO N.º 8.31]

449

	Entre o início da conjugalidade e o primeiro nascimento						Entre o primeiro e o segundo nascimento					
	0-1	2	3	4 e +	Total	Média	0-1	2-4	5-9	10 e +	Total	Média
Até 1974.....	61,2	23,9	10,4	4,5	100	1,5	9,6	37,0	27,4	26,0	100	6,1
1975-1979....	48,0	27,6	11,8	12,5	100	1,9	10,4	26,7	48,6	14,2	100	5,8
1980-1984....	40,7	30,0	13,4	16,0	100	2,2	8,8	39,3	43,1	8,8	100	4,9
1985-1989....	33,5	29,1	16,1	21,3	100	2,6	8,1	41,5	43,6	6,8	100	4,9
A partir de 1990.....	31,4	18,9	20,3	29,4	100	2,8	7,4	51,7	40,9	-	100	4,1
Todas as famílias.	38,6			19,3	100	2,4	8,8	38,7	43,3	9,2	100	5,0

 $\chi^2 = 92,59; DF = 12; p = 0,000 (cf = 0,21)$  $\chi^2 = 76,17; DF = 12; p = 0,000 (cf = 0,23)$

No início dos anos 70 decorria então, em regra, muito pouco tempo entre o início da vida a dois e o nascimento do primeiro bebé, isto é, havia uma rápida transição do casal sem filhos para o casal com filhos (em média, 1,5 anos). A maioria destes nascimentos (61%) ocorreu, efectivamente, antes de se completarem dois anos de conjugalidade. Poucas foram as inquiridas que tiveram o primeiro bebé no terceiro ano de vida em casal (10%) e menos ainda escaparam os acontecimentos para além disso. As mulheres que entraram na maternidade em meados dos anos 70 deixaram decorrer mais algum tempo entre o início da vida conjugal e a vinda da criança (em média, 1,9 anos). Já foram menos as que passaram rapidamente para uma vida com filhos (é, inclusivamente, onde se regista o maior recuo do intervalo inferior a dois anos) e 13% espaçaram mesmo os dois acontecimentos em quatro e mais anos. A tendência mantém-se para as mulheres que foram mães nos anos 80, mas, para aquelas que o foram nos anos 90, o perfil revela contornos singulares, na medida em que é marcante o adiamento da vinda do primeiro filho: decrescem os intervalos de 0-1 e de dois anos e aumentam os de três e de quatro ou mais anos. Praticamente, três mulheres em dez espaçaram, assim, o início da vida a dois e o nascimento do bebé em quatro e mais anos (2,8 anos, em média). Quanto ao *intervalo entre os nascimentos do primeiro e do segundo filho*, é cada vez mais curto o tempo em que as mulheres estão ocupadas com gravidezes, partos e cuidados às crianças pequenas (quadro n.º 8.31)<sup>48</sup>. Este intervalo era espaçado, em média, em 6,1 anos por parte das inquiridas que entraram na maternidade no início da década de 70, em 4,9 por parte das que foram mães no início da de 80 e em 4,1, por parte daquelas que o foram na de 90. Mas o que se verifica concretamente é uma deslocação de um padrão de intervalo intergenésico distribuído ao longo do tempo para um padrão mais concentrado entre dois e nove anos. Esta evolução deve-se, em grande medida, ao decréscimo acentuado do intervalo muito longo, de dez e mais anos, que passou de 26% no início dos anos 70 para 7% na segunda metade de 80<sup>49</sup>. Assim, para as inquiridas que entraram na maternidade antes de 1975, o nascimento do segundo filho ocorre de forma difusa, com um pico modal nos 2-4 anos (37%). Nas mulheres que foram mães em 1975-1979 observa-se uma concentração no intervalo 5-9 anos (quase metade dos casos), à custa do recuo quer do intervalo de dez e mais anos, que desce para 14%, quer do de 2-4 anos, que cai para 27%. A partir dos anos 80 passa a ser cada vez mais frequente espaçar os nas-

<sup>48</sup> Os efeitos dos critérios da amostra e da etapa do ciclo de vida familiar não permitem fazer uma leitura segura do intervalo entre o primeiro e o último filho.

<sup>49</sup> Como é óbvio, as inquiridas que entraram na maternidade nos anos 90 não podem estar representadas no intervalo de dez e mais anos.

cimentos de dois a quatro anos, de tal modo que, na década de 90, um pouco mais de metade dos segundos nascimentos ocorre neste intervalo.

Curiosamente, o que mantém uma certa estabilidade é então o intervalo mais curto, isto é, inferior a dois anos, que oscila entre 10%, no caso das mulheres que foram mães na segunda metade da década de 70, e 7%, no caso das que o foram nos anos 90. Esta regularidade prende-se ao facto de aquele intervalo resultar frequentemente de uma gravidez «acidental». Com efeito, se a vinda do segundo filho tende a ser planeada (6 inquiridas em 10 planearam esse nascimento), quando ocorre imediatamente a seguir ao primeiro sucede o contrário, ou seja, três quartos das inquiridas não o planearam. Ora, é interessante perceber que esta margem de «acidentes», que ocorrem logo após o primeiro nascimento, se mantém relativamente inalterada ao longo do tempo.

## As razões da fecundidade contida

Um resultado deste inquérito que não se pode negligenciar é o peso das descendências de filho único: 23% das inquiridas tiveram apenas um filho. Se algumas pretendem ainda ter pelo menos mais um bebé (23%), a grande maioria já deu por encerrada a sua carreira reprodutiva. Num contexto em que as descendências de dois filhos são a «norma» e em que o modelo actual de família não assenta, decisivamente, na ideia do filho único, o que as leva a não quererem o outro filho? Que motivações apontam? A partir de uma questão aberta procurámos conhecer as razões que levam a um projecto tão contido, podemos mesmo dizer, a um projecto parental «mínimo»<sup>50</sup>.

São várias as razões que as inquiridas apontam para terem tomado esta decisão (quadro n.º 8.32). No topo da lista aparecem os *constrangimentos materiais* – antes de mais as dificuldades económicas, mas também os problemas de alojamento, o desemprego e a insegurança face ao futuro. Em segundo lugar surge a *idade avançada*, o que leva a equacionar se não será o adiamento da maternidade, e consequentemente a vinda de um segundo filho (de modo a não acumular «custos» e a proporcionar boas condições para o seu acolhimento), que a dado momento obriga a desistir de um projecto mais ambicioso devido às imposições do «relógio biológico». Em terceiro lugar está a *falta de disponibilidade pessoal*, que se prende concretamente à dificuldade em conciliar os universos familiar e profis-

<sup>50</sup> A pergunta é a seguinte: «Pretende vir a ter mais filhos? Porquê?» (sobre o tratamento desta questão, v. Cunha, 2000).

sional, à falta de tempo, ao cansaço, à falta de paciência, mas também à experiência negativa com uma gravidez, um parto ou um aborto. Estas são razões que tiram o fôlego para «começar tudo de novo», como algumas inquiridas referiram. Em quarta posição aparecem os *problemas de saúde* das mulheres e, em seguida, a *satisfação com a descendência*. Mas, se uma inquirida em dez disse, de facto, estar contente com a sua descendência, nem todas tinham o filho único como meta inicial<sup>51</sup>. Isto significa que, em alguns casos, se trata de uma reavaliação dos primeiros projectos, se não mesmo de uma acomodação à situação presente. Em sexto lugar temos os *problemas com os filhos ou o cônjuge*: são as angústias e o trabalho que os cuidados aos filhos implicam, bem como as preocupações com a sua promoção social; são também os problemas de saúde do filho ou do cônjuge e de mau relacionamento com um ou outro. Com um peso residual surge, em último lugar, a *impossibilidade de ter mais filhos*, que se liga a alguns casos de infertilidade e à intervenção de algum tipo de contracepção definitiva. Ficamos sem saber, todavia, se houve intenção de encerrar a vida reprodutiva por essa via ou se questões médicas a isso conduziram (as duas situações, provavelmente, coexistirão).

Razões para as inquiridas não quererem ter mais filhos  
(em percentagem)

[QUADRO N.º 8.32]

	Descendências de filho único	Todas as descen- dências
Constrangimentos materiais.....	27,2	23,8
Idade avançada.....	17,4	20,6
Falta de disponibilidade pessoal.....	15,4	7,6
Problemas de saúde.....	13,8	8,7
Satisfação com a descendência.....	10,2	27,8
Problemas com filhos/cônjuge.....	8,5	4,8
Impossibilidade de ter mais filhos.....	4,3	5,2
Outra/NS/NR.....	3,3	1,6
Total.....	100	100

$\chi^2 = 163,70$ ;  $DF = 21$ ;  $p = 0,000$  ( $cf = 0,30$ ).

<sup>51</sup> Das inquiridas que têm um filho e que não pretendem ter mais, 61% tinham um ideal inicial superior.

Se os problemas materiais constituem a razão que mais pesa para as inquiridas não arriscarem a vinda de um segundo filho, quando olhamos de modo abrangente para os constrangimentos de natureza pessoal – a idade avançada, os problemas de saúde e a falta de disponibilidade – ficamos com uma perspectiva diferente, na medida em que 47% das justificações implicam directamente a inquirida<sup>52</sup>. Ora, os *constrangimentos da mulher* também marcam, de forma decisiva, o termo da carreira reprodutiva.

Quando comparamos os resultados com os da amostra (as razões mencionadas para não ter mais filhos, independentemente da descendência actual), verificamos que a satisfação com o número de filhos é muito superior neste caso: 28% não querem ter mais filhos porque estão contentes com os que têm (10% nas situações de filho único). Por outro lado, pesam um pouco menos as questões materiais e familiares, bem como os constrangimentos da mulher em geral, com excepção para a idade avançada.

A auscultação das razões das inquiridas para não terem mais filhos aponta, sem dúvida, para a diversidade de condições que é necessário garantir para enquadrar a vinda de uma criança, que já não deve ocorrer ao acaso: estabilidade económica, disponibilidade pessoal, equilíbrio afectivo, saúde, qualidade da educação.

## O impacto do contexto social

Como temos vindo a observar ao longo do capítulo, as famílias de filho único estão ancoradas no espaço social<sup>53</sup>. Associam-se a capitais escolares intermédios e à inserção continuada no mercado de trabalho. Mas será que estas mulheres têm motivações diferentes das restantes para não arriscarem um segundo filho? Olhemos então para as razões mencionadas em função da trajectória de trabalho e do nível de escolaridade (quadro n.º 8.33).

Para as inquiridas que trabalharam sempre ou em algum momento, as razões para ficarem pelo filho único seguem a tendência acima descrita: os problemas materiais aparecem em primeiro lugar; a idade avançada e a falta de disponibilidade surgem em segundo e em terceiro lugar com valores muito próximos. Não obstante, a questão material pesa mais para as

<sup>52</sup> Não incluímos a *impossibilidade de ter mais filhos*, pois pode haver situações em que está relacionada com o cônjuge, e não com a inquirida.

<sup>53</sup> Não é de todo possível analisar o impacto do tempo por constrangimentos da amostra, pois para as inquiridas serem mães de filhos únicos tiveram de entrar na maternidade a partir de 1983.

Razões para as inquiridas com descendências de filho único não quererem ter mais filhos segundo a trajectória e segundo a escolaridade (em percentagem)

[QUADRO N.º 8.33]

	Materiais	Idade	Disponibilidade	Saúde	Satisfação	Filhos cónjuge	Impossibilidade	Outra/NS/NR	Total
Trajectória:									
Sempre com trabalho.....	26,6	18,5	17,4	10,9	10,9	7,6	6,0	2,2	100
Trabalhou um-dois momentos.....	31,1	13,3	15,6	13,3	6,7	11,1	2,2	6,7	100
Sempre sem trabalho.....	20,0	20,0	3,3	33,3	16,7	6,7	-	-	100
$\chi^2 = 26,57; DF = 14; p = ,022$ (cf = 0,28)									
Escolaridade:									
Sem escol./ens. primário.....	28,7	22,3	12,8	12,8	8,5	8,5	3,2	3,2	100
Ens. preparatório/básico.....	36,6	13,0	11,5	14,5	9,2	6,9	4,6	3,8	100
Ens. secundário/superior.....	10,0	18,8	25,0	13,8	13,8	11,3	5,0	2,5	100
$\chi^2 = 25,77; DF = 14; p = 0,028;$ (cf = 0,28)									
Todas as famílias.....	27,2	17,4	15,4	13,8	10,2	8,5	4,3	3,3	100

mulheres que passaram em um ou dois momentos pelo mercado de trabalho do que para as que sempre trabalharam<sup>54</sup>, enquanto com as outras razões sucede o oposto. A distribuição altera-se expressivamente no caso das mulheres que nunca trabalharam, na medida em que o motivo principal para ficarem apenas com um filho passa a estar ligado a problemas de saúde e são também elas que estão mais vezes satisfeitas com essa descendência. Por outro lado, as dificuldades materiais determinam menos esta decisão e a falta de disponibilidade é de todos os motivos o menos relevante. Com efeito, estas mulheres não se confrontam com dois problemas quotidianos sentidos pelas mulheres activas: as dificuldades inerentes ao desempenho de uma actividade profissional, como a gestão do tempo laboral-familiar e a falta de disponibilidade; a delegação da guarda das crianças, que passa, não raras vezes, por soluções pagas<sup>55</sup>.

Em relação à escolaridade sobressai, claramente, o perfil das inquiridas com o ensino secundário/superior: a falta de disponibilidade passa a ser, de forma destacada, a razão mais citada para não ter outro filho (um quarto das mulheres responde neste sentido); a satisfação com a descendência e as dificuldades de relacionamento com o filho ou o cónjuge são também mais relevantes do que para as outras; os problemas materiais contribuem pouco para a decisão, passando para a sexta posição.

Já em relação às inquiridas com o preparatório/básico, são precisamente as dificuldades materiais que mais influem nas descendências contidas, enquanto os problemas pessoais, no seu conjunto, são menos expressivos do que para as restantes.

Por fim, as razões das inquiridas menos escolarizadas são as mais próximas do perfil-padrão. Há, no entanto, que sublinhar duas ideias. Por um lado, se o peso da idade avançada é aqui mais elevado (22%), não se deve ao facto de elas serem realmente mais velhas, mas, muito provavelmente, a uma representação diferente da idade adequada para ter filhos, já que tendem a entrar mais cedo na maternidade<sup>56</sup>. Por outro lado, se os cons-

<sup>54</sup> O que poderá ser um sinal de alguma precariedade associada a este tipo de trajectória: desemprego, insegurança laboral...

<sup>55</sup> De facto, 36% das inquiridas que sempre trabalharam e 20% das que o fizeram em um ou dois momentos recorreram a soluções de guarda formais ou informais pagas (creche, ou a empregada doméstica) quando o primeiro filho tinha 1-2 anos. No caso das inquiridas que nunca trabalharam, apenas 4% recorrem a essa solução, pois na esmagadora maioria dos casos a criança ficou com a mãe (v. capítulo 10, «A guarda das crianças»).

<sup>56</sup> Efectivamente, a média etária das mulheres que, tendo apenas um filho, não querem ter mais é de 42,8 anos para as sem escolaridade/ensino primário, 41,2 para as que têm o preparatório/básico e 43,1 para as que têm o secundário/superior. Inclusivamente, o cruzamento entre a escolaridade e a idade não é, nesta situação, estatisticamente significativo ( $\chi^2 = 4,00; DF = 4; p = 0,406$ ).

trancimentos materiais ditam um pouco menos do que para as inquiridas com o preparatório/básico, é porque há aqui uma «colagem» entre a baixa escolaridade e a trajectória sempre sem trabalho, situação onde os constrangimentos materiais, como observámos, pesam menos no leque das razões<sup>57</sup>.

Ora, se as descendências de filho único atravessam toda a paisagem social, embora marcando mais uns contextos do que outros, as razões que estão a montante desta decisão não são necessariamente as mesmas. Os constrangimentos materiais são determinantes para um conjunto expressivo de inquiridas, nomeadamente para aquelas que têm o ensino preparatório/básico e para as que entram e saem do mercado de trabalho. Os problemas pessoais, como a falta de disponibilidade, pesam mais para as inquiridas muito escolarizadas e sempre inseridas no mercado de trabalho. E a falta de saúde, bem como a idade avançada (biológica ou simbólica), marcam o universo das mulheres pouco escolarizadas e/ou que estão ausentes do mercado de trabalho.

## Conclusão

Quando auscultamos as aspirações, as representações e as práticas procriativas das mulheres portuguesas, a primeira impressão que se retém é que estamos perante um quadro da fecundidade bastante homogéneo, ancorado num conjunto de traços fortes que reúnem um consenso mais ou menos generalizado. Mas, se há inegavelmente um perfil-padrão com algum peso na sociedade portuguesa contemporânea, um olhar mais atento permite dar conta de outros perfis, se bem que minoritários, que traduzem modos diferentes de conceber e de construir o lugar da criança na família. Os dados do inquérito FPC são inequívocos a este respeito.

No campo das aspirações, a primeira conclusão a que chegamos vem na linha do que tem sido referido noutros estudos: a contracepção moderna tem vindo a reflectir-se na programação da fecundidade, isto é, nas escolhas a nível da dimensão da descendência e da «agenda» reprodutiva, e não tanto na recusa propriamente dita da procriação. De facto, quando passamos em revista os *projectos iniciais* das inquiridas, verificamos que, antes da entrada na maternidade, poucas foram as que traçaram um projecto de vida à margem da criança. Mas, se praticamente todas desejavam ter

<sup>57</sup> De facto, se tivermos em conta as razões das inquiridas pouco ou nada escolarizadas mas que sempre trabalharam, os constrangimentos materiais sobem para 33%.

filhos, importa frisar que esse «desejo» não era uniforme. Algumas (4 em 10) não tinham ideia acerca da dimensão da descendência, apenas sabiam que queriam ter filhos<sup>58</sup>. A maioria, no entanto, tinha de antemão uma meta definida, meta essa que apontava para a «norma dos dois filhos». Não obstante este *ideal inicial* ser dominante, havia também quem equacionasse prematuramente ficar pelo filho único ou arriscar mais.

É a nível das representações que se encontra a maior homogeneidade no domínio da fecundidade. A leitura do *ideal abstracto* leva a concluir, efectivamente, que há uma normatividade cultural forte que configura um modelo de descendência alicerçado em dois ou três filhos. É insignificante o número de mulheres que têm como ideal abstracto uma descendência de filho único e também são poucas as que têm como modelo uma família com mais de três filhos, ao contrário do que acontecia no passado, em que as fratrias numerosas constituíam a condição necessária para o bom funcionamento da vida familiar (Saraceno, 1997). A investigação destas aspirações e representações permite divisar que, logo muito cedo, há um exercício de ajustamento da «descendência-modelo» à «descendência possível». Este processo ocorre sobretudo através de cedências, isto é, da transformação de ideais abstractos de dois ou três filhos em ideais iniciais de um ou dois filhos.

Quando chegamos ao campo das práticas procriativas, nomeadamente no que respeita à *descendência actual*, verificamos que a diversidade é, de facto, maior. Por comparação com as metas inicialmente traçadas, há uma ligeira diluição da «norma dos dois filhos», a par do aumento tanto das descendências mais numerosas como das mais contidas. E as *razões* que são apontadas para justificarem esta descendência contida prendem-se então a problemas de cariz económico, de mau relacionamento conjugal ou parental e de natureza pessoal, como a idade avançada, a falta de saúde ou a falta de disponibilidade.

O desfasamento entre o que se aspira e o que se concretiza é revelador de que certas dinâmicas ou constrangimentos levam ao reequacionamento para cima e para baixo dos ideais originais. Com efeito, para um número significativo de inquiridas há uma real *tensão entre o ideal inicial e a descendência actual*: 26% estão sujeitas a uma tensão «por defeito», pois não conseguem realizar o ideal inicial de filhos, e 17% estão sujeitas a uma

<sup>58</sup> Mesmo esta indecisão não retrata uma única realidade. Em alguns casos corresponde à naturalização da maternidade – ter filhos é um destino que não se questiona. Noutros remete para a vontade de adiar a decisão, que dependerá da primeira experiência ou das condições materiais e relacionais que terão para acolher a vinda de uma ou mais crianças. Numa palavra, dependerá «do correr da vida», como referiram algumas inquiridas (sobre as razões dos *projectos iniciais*, v. Cunha, 2000).

tensão «por excesso», na medida em que vão além daquela meta. Ora, perante estes filhos «a mais», é lícito questionar se não haverá um conjunto de famílias que recorrem a práticas contraceptivas pouco eficazes.

Esta interrogação remete, assim, para o *planeamento dos nascimentos*. De modo sumário, podemos concluir que coexistem duas atitudes face ao nascimento dos filhos: uma mais planeadora e outra onde o «acidente» marca presença na constituição das descendências. Assim, se para umas mulheres (cerca de metade) trazer um filho ao mundo passa, como referiu Miller (1987, p. 583), por um processo de decisão activa, na medida em que é possível e desejável decidir quantos filhos ter e quando os ter, outras não intervêm tão activamente na sua fecundidade, pelo que têm pelo menos um nascimento não planeado. Mas este resultado pode indiciar situações diversas, que não se excluem necessariamente: a dificuldade, resistência ou simples falha no campo da contraceção; a abertura para acolher uma gravidez indesejada e adaptar o projecto familiar a essa realidade<sup>59</sup>; a vontade de ter alguma margem de imprevisto no cenário reprodutivo, só intervindo quando as metas são atingidas; ou ainda a forma para resolver o conflito entre a razão e o coração, dando espaço para a ocorrência de um «acidente» desejado. Ainda no domínio do planeamento, a ordem dos nascimentos também introduz diferenças assinaláveis: enquanto o primeiro e o segundo resultam, em grande medida, de decisões activas, o terceiro já é francamente mais «acidental» do que planeado. Assim, a constituição da descendência parece realizar-se em duas etapas: uma, mais *activa*, em que se procura ter um ou dois filhos, de modo a responder a um projecto de parentalidade; outra, mais *passiva*, e apenas para quem tem descendências mais numerosas, em que se aceita uma gravidez imprevista.

A leitura do *calendário da fecundidade* também nos devolve uma imagem matizada da constituição das descendências. Se um dos seus traços fortes é a célere abertura da carreira reprodutiva no ciclo de vida pessoal e conjugal – antes de completarem 25 anos de idade e ao fim de dois anos de vida em casal mais de metade das inquiridas já tinha pelo menos um filho –, há também um número expressivo de mulheres que fazem mais tarde a transição para a maternidade (4 em 10) e que concedem mais tempo à vida a dois antes da vinda dos filhos (um terço). Ora, se é na imagem da criança que está socialmente ancorada a ideia de família (Roussel, 1975; Barthélémy *et al.*, 1986), o que conduz à sua rápida inclusão na vida familiar, há igualmente quem procure passar algum tempo sem filhos.

A redução dos nascimentos associada à intervenção da contraceção moderna leva a que a constituição da descendência já não preencha tanto

tempo da vida do casal nem do período fértil da mulher. Logo, já não é tão longo o intervalo que separa o primeiro e o último nascimento, pelo que estes filhos têm, em regra, cinco a nove anos de diferença (ou mesmo menos). Não obstante, cerca de um quarto das inquiridas teve ainda uma história reprodutiva longa, de dez e mais anos. Mas, apesar do encurtamento da carreira reprodutiva, um nascimento não tende a suceder prontamente ao anterior. De facto, o intervalo que separa dois nascimentos seguidos – o primeiro do segundo e o segundo do terceiro – é, em média, de cinco anos. Registam-se, no entanto, dois perfis distintos: um que concentra esses nascimentos em 2-4 anos; outro que procura espaçá-los um pouco mais, em 5-9 anos<sup>60</sup>.

Em síntese, um olhar abrangente sobre as dimensões da fecundidade permite descortinar várias lógicas na construção da vida familiar com filhos. Se não tanto a nível das aspirações e das representações – na medida em que são mais homogéneas, traduzindo alguma normatividade neste domínio –, claramente a nível das práticas: nas cadências e nas temporalidades associadas à entrada dos filhos na vida pessoal e familiar; na vigilância contraceptiva ou na permeabilidade ao «acidente»; na heterogeneidade das descendências; nas tensões entre o que se aspira e se concretiza.

Ora, se é a articulação entre aspirações, representações e práticas procriativas das famílias que permite apreender um retrato variado da fecundidade portuguesa contemporânea, assim como as razões que sustentam algumas decisões neste domínio, é o impacto de algumas variáveis que dá conteúdo e sentido a perfis diferenciados.

Antes de mais, uma variável interessante, não obstante as contingências da amostra e do ciclo de vida familiar, é a *coorte de entrada na maternidade*. Em menos de três décadas ocorreu um vasto conjunto de mudanças na direcção de uma fecundidade moderna e domesticada, isto é, definida, contida, planeada, concentrada e tardia. Com efeito, as mulheres que iniciaram a constituição da descendência em tempos sociais distintos têm perfis de fecundidade inteiramente diferentes. O perfil das inquiridas que tiveram o primeiro filho no *princípio dos anos 70* remete para um quadro com contornos ainda tradicionais. A fecundidade desta coorte caracteriza-se pelas aspirações pouco definidas, pela representação de família assente de igual modo em descendências de dois e de três filhos, pelos nascimentos não planeados, pelas carreiras procriativas precoces e longas, pelas descendências numerosas (três e mais filhos) e pela tensão «por excesso» entre o que se aspira e o que se concretiza. A fecundidade da coor-

<sup>59</sup> Os dados do IFF do INE apontam neste sentido.

<sup>60</sup> A resultados idênticos chegaram Almeida *et al.* (1995) a partir de estatísticas nacionais de 1991.

te do início dos anos 80 tem a singularidade de estar fortemente ancorada na «norma dos dois filhos» a nível das aspirações, das representações e das práticas, pelo que são estas mulheres que estão menos sujeitas às tensões entre os ideais e as descendências. O planeamento é já mais eficiente e o calendário ligeiramente mais tardio e concentrado. Quanto às mulheres da coorte dos anos 90, o perfil caracteriza-se pelas representações claramente orientadas para os dois filhos, pelos ideais iniciais contidos e pelas descendências muito reduzidas, onde se destaca o filho único. Logo, estão sujeitas a uma forte tensão «por defeito». Esta coorte caracteriza-se ainda pelos calendários mais tardios e concentrados de todos e pela grande vigilância no planeamento da gravidez.

Ora, é da combinação dos perfis de todas as coortes que resulta, em grande medida, o retrato da fecundidade portuguesa contemporânea. Mas outras variáveis, que se prendem com os contextos sociais, também se revelaram determinantes na construção do lugar da criança na família. Destas, a *escolaridade feminina* é a que tem globalmente o impacto mais significativo, pelo que desenha perfis de contornos muito destoantes quando a temos em linha de conta.

No que respeita às práticas procriativas, as inquiridas *sem escolaridade* são as que mais se aproximam do perfil tradicional da coorte do início dos anos 70<sup>61</sup>: o número de filhos é elevado, na medida em que as descendências de três e mais filhos são muito comuns; o «acidente» é recorrente, de tal modo que o último nascimento é mais vezes «acidental» do que planeado; a vinda da criança ocorre cedo na vida pessoal e conjugal; é longo o tempo da carreira reprodutiva. É a nível das aspirações e das representações, nomeadamente nos ideais, que estas inquiridas se destacam do perfil tradicional: o ideal abstracto é favorável às descendências de dois filhos; o ideal inicial é mais reduzido (nenhuma equacionava ter mais de três filhos). O desfazamento entre os ideais relativamente contidos e as descendências numerosas conduz então à forte presença da tensão «por excesso».

O perfil das inquiridas com o *ensino primário* é, *grosso modo*, semelhante ao anterior, embora os traços que remetem para uma fecundidade mais tradicional surjam aqui de forma atenuada. Um dos comportamentos que mais as diferenciam em relação às anteriores é o planeamento dos nascimentos, que tende a ser mais cuidadoso e comprova o papel fundamental da escolarização para a aquisição de competências no domínio reprodutivo. Logo, as descendências são menos numerosas, os calendários

<sup>61</sup> É preciso esclarecer que estão sobrerrepresentadas nessa coorte: mais 10% em relação à amostra.

menos longos e a tensão «por excesso» menos vincada (embora acima da média).

O perfil de fecundidade das inquiridas com o *ensino preparatório e básico* é muito próximo do perfil da amostra, mas tem alguns traços que não podemos deixar de assinalar: estão ligeiramente sobrerrepresentadas no projecto inicial definido; regista-se a presença significativa de descendências de filho único. No entanto, a sua principal singularidade está no calendário, pois a carreira reprodutiva pauta-se não só pela abertura precoce, como pelo encerramento mais prematuro de todos: grande parte teve o último bebé antes de completar 30 anos.

As inquiridas com o *ensino secundário* são as que têm o perfil de fecundidade mais próximo do da coorte dos anos 90<sup>62</sup>: desenham de antemão os seus projectos mais frequentemente do que as restantes; o ideal abstracto está claramente orientado para os dois filhos; têm as descendências mais contidas de todas (o filho único é muito frequente e arriscam menos vezes o terceiro filho). A tensão «por defeito» marca, portanto, a sua trajectória de fecundidade, tanto mais que os ideais iniciais são um pouco mais ambiciosos do que os das mulheres com percursos escolares mais curtos. O calendário traduz-se na vinda tendencialmente tardia da criança, quer na vida pessoal, quer no tempo conjugal, e na carreira reprodutiva relativamente curta. Quanto aos nascimentos, estes são, em regra, planeados.

No que respeita às práticas, o perfil das inquiridas *mais escolarizadas* (que têm o ensino médio ou superior, mas principalmente este) acentua a actual tendência de regulação da fecundidade: são elas que entram mais tarde na maternidade; que dão mais tempo ao casal antes da vinda dos filhos; que têm carreiras reprodutivas mais curtas e com menos «acidentes». No entanto, diferenciam-se das inquiridas com o secundário e da coorte dos anos 90 no que toca às aspirações e às representações: são mais indecisas quanto à dimensão da descendência antes do nascimento do primeiro filho; nenhuma recusa a maternidade à partida; os ideais iniciais e abstractos são muito ambiciosos, pelo que estão muitas vezes sujeitas à tensão «por defeito». Não obstante, as descendências são médias, isto é, estão centradas na «norma dos dois filhos».

Por fim, a leitura da fecundidade à luz da *trajectória da condição da mulher perante o trabalho* também conduz a ilações importantes. A primeira prende-se com o facto de a variável não ter impacto nas aspirações e nas representações. Isto significa que o tipo de inserção da mulher no

<sup>62</sup> Nesta coorte estão sobrerrepresentadas as mulheres com percursos escolares acima do primário.

mercado de trabalho (sempre trabalhou, trabalhou em algum momento e nunca trabalhou) não influencia muito nem os seus cenários procriativos nem o modelo de descendência que tem como ideal. Mas, se não tem impacto nos projectos e nos ideais, o mesmo já não acontece a nível das práticas. Assim, o perfil das inquiridas que *sempre estiveram inseridas no mercado de trabalho* caracteriza-se pelo calendário mais tardio e concentrado, pelo planeamento dos nascimentos, pelas descendências contidas e pela maior presença da tensão «por defeito». Totalmente inverso é o perfil das inquiridas que *nunca trabalharam*, onde se destacam as descendências numerosas, o longo período dedicado à procriação e a incidência de «acidentes», nomeadamente no que respeita ao último nascimento. Em relação àquelas que *participaram em um ou dois momentos no mercado de trabalho*, podemos dizer que têm um perfil «intermédio», embora com alguma tendência para se aproximarem mais do perfil das mulheres que nunca trabalharam.

Estes resultados apontam para duas conclusões. A primeira, mais imediata, é que, quanto mais inseridas estão as mulheres no mercado de trabalho, mais contidas e reguladas são as descendências e maior é a dificuldade para atingirem os objectivos inicialmente equacionados no campo da fecundidade, o que remete para os problemas de conciliação entre a vida profissional e a vida familiar, problemas esses que não se colocam às mulheres que estão em casa<sup>63</sup>.

A segunda conclusão, menos previsível, prende-se com o facto de as aspirações e as representações das mulheres que nunca trabalharam não as diferenciarem das restantes, na medida em que não traçam metas mais ambiciosas nem têm modelos mais numerosos. Estar fora do mercado de trabalho e dos seus constrangimentos diários parece criar condições propícias a carreiras de fecundidade menos vigilantes e agendadas, isto é, mais contingentes e flexíveis, mesmo no caso das mais escolarizadas.

Em suma, se há, sem dúvida, um perfil-padrão de fecundidade que cruza a paisagem portuguesa, é também inquestionável a existência de lógicas matizadas de conceber e construir o lugar da criança na vida familiar. Os percursos escolares têm aqui um papel-chave, na medida em que marcam *diferentes perfis*. Um *primeiro perfil – pouco ambicioso nos ideais, «domesticado» (descendência planeada e concentrada) e muito contido nas descendências* –, ao qual parece estar subjacente a antecipação do que é possível concretizar no campo da fecundidade, associa-se às inquiridas

<sup>63</sup> Como tivemos oportunidade de ver, das razões que as inquiridas apontaram para ficarem pelo filho único, a *falta de disponibilidade*, ligada ao problema da conciliação, e os *constrangimentos económicos* são os mais importantes para aquelas que trabalharam sempre ou em algum momento (quadro n.º 8.33).

com qualificações escolares intermédias. Um *segundo perfil – contido no ideal inicial, ambicioso no abstracto, «contingente» («acidentes») e carreira reprodutiva longa) e prolífico nas descendências* – prende-se às inquiridas com níveis escolares baixos. Se a matemática dos constrangimentos está presente nos seus projectos iniciais, já os comportamentos não são consentâneos com esse objectivo, seja pelas dificuldades sentidas a nível do controlo da fecundidade, seja pela maior abertura para redimensionar o projecto parental<sup>64</sup>. Um *terceiro perfil – ambicioso nos ideais, muito «domesticado» e «normativo» nas descendências («norma dos dois filhos») – associa-se às inquiridas escolarizadas*. Este perfil é praticamente oposto ao anterior, na medida em que reflecte alguma dificuldade inicial em equacionar os entraves que se podem interpor à constituição de uma descendência numerosa, a par de um controlo máximo sobre a fecundidade.

Quanto à trajectória da condição das mulheres perante o trabalho, se não se liga directamente a estes perfis (já que as aspirações e as representações não introduzem verdadeiras clivagens), é possível mesmo assim estabelecer alguma correspondência no campo das práticas, especialmente com o perfil das inquiridas menos escolarizadas, no caso daquelas que nunca trabalharam, e com o das que têm uma escolaridade intermédia, no caso das que sempre o fizeram. O perfil das mulheres que trabalharam em um ou dois momentos aproxima-se então do da amostra e faz a ponte entre os outros dois.

Para finalizar, gostaríamos ainda de referir que, quando somos confrontados com o duplo registo da fecundidade portuguesa contemporânea – isto é, as profundas mudanças ao longo das últimas décadas, a par da manutenção, no momento presente, de lógicas distintas no espaço social –, somos levados a pensar que aquelas mudanças estão inscritas num quadro mais vasto de transformações no seio da família e da condição social feminina, que tiveram início nos anos 60 e saíram reforçadas com a revolução de Abril (Almeida *et al.*, 1998; Machado e Costa, 1998; Almeida e Wall, 2001). De facto, quando temos em conta a escolaridade e a trajectória da condição perante o trabalho à luz da coorte de entrada na maternidade, é flagrante a tendência no sentido do alongamento dos percursos escolares e da inserção continuada no mercado de trabalho. Das inquiridas que entraram na maternidade no início dos anos 70, 85% têm no máximo o 4.º ano e apenas 5% o ensino secundário ou superior; a nível da inserção no mercado de trabalho, 41% trabalharam sempre e 18% nunca o fizeram.

<sup>64</sup> Trata-se mais de uma hipótese do que de uma conclusão, visto não termos dados no inquérito para respondermos a esta interrogação, nomeadamente sobre a interrupção voluntária da gravidez.

A imagem é inteiramente outra quando temos em conta as inquiridas que entraram na maternidade nos anos 90: 28% têm até ao 4.º ano e 20% o secundário ou superior; 59% sempre trabalharam e apenas 8% nunca o fizeram<sup>65</sup>.

Não obstante estas mudanças, que transportam impactos vários para dentro da vida familiar<sup>66</sup>, quando abarcamos globalmente as características sociais da população inquirida num corte sincrónico (1999), retemos um retrato ainda caracterizado pelos seguintes traços: um baixo nível de escolaridade (44% têm, no máximo, quatro anos) e um conjunto expressivo de mulheres que, em algum momento, estão fora do mercado de trabalho (48%)<sup>67</sup>. Ora, estes dados levam a pensar se, com o acentuar da tendência no sentido do engrossamento das franjas intermédias e activas (que é exactamente onde a limitação dos nascimentos é mais decisiva), a fecundidade não estará a caminhar para valores mais próximos dos dos restantes países da Europa do Sul, que, como se sabe, registam actualmente a fecundidade mais baixa no contexto da UE. De facto, esta hipótese faz sentido à luz das descendências contidas das inquiridas que entraram na maternidade na segunda metade dos anos 80 e no início dos anos 90, exactamente onde aqueles traços sociais começam a ganhar visibilidade.

---

<sup>65</sup> Os cruzamentos da coorte com as variáveis de caracterização são estatisticamente significativos. Mas a associação é claramente mais forte com os capitais escolares ( $\chi^2 = 172,50$ ;  $DF = 20$ ;  $p = 0,000$ ;  $cf = 0,30$ ) do que com a trajectória da condição perante o trabalho ( $\chi^2 = 18,52$ ;  $DF = 8$ ;  $p = ,018$ ;  $cf = 0,10$ ).

<sup>66</sup> Veja-se, para dar apenas um exemplo, a evolução dos modos de guarda das crianças pequenas. Passou-se de um modelo, no início dos anos 70, em que a mãe tinha um papel central – 51% das inquiridas que entraram na maternidade até 74 tomaram conta do primeiro filho da actual conjugalidade quando este tinha 1-2 anos – para um modelo, nos anos 90, em que há uma maior delegação – apenas 26% das inquiridas ficaram em casa com a criança (v. capítulo 10, «A guarda das crianças»).

<sup>67</sup> E, podemos acrescentar ainda, desempenham actividades profissionais pouco qualificadas, ligadas em grande medida aos serviços e à indústria.